

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE:
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO
FINANCEIRO PESSOAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Daniela Gomes Ciocari

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE:
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL**

por

Daniela Gomes Ciocari

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientador: Prof. Wanderlei José Ghilardi

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de
Curso

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL**

elaborado por
Daniela Gomes Ciocari

como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Wanderlei José Ghilardi, Dr.

(Presidente/Orientador)

Marivane Vestena Rossato, Dr, (UFSM)

Ney Izaguirry de Freitas Junior, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 24 de novembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, por todo apoio que me deram para a realização desta graduação, e por todo cuidado e amor dedicado a meu filho Arthur nos momentos de minha ausência.

Ao meu filho Arthur por seu carinho, seu amor, seu olhar de ternura em direção a mim, e por compreender que cada momento dedicado aos meus estudos é em prol de nós dois.

As minhas irmãs, em especial a Michele, por sua força e exemplo de profissional atuante na área contábil.

Ao meu professor e orientador Wanderlei José Ghilardi, por sua paciência e dedicação.

E a todos que estão e passaram pela minha vida, deixando um pouco de si, com o afeto que me dedicam ou dedicaram, fortificam ou fortificaram meu espírito para que eu conquiste o que é verdadeiramente importante para mim.

*“A educação exige os maiores cuidados, porque
influi sobre toda a vida”.*

Sêneca

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

AUTORA: DANIELA GOMES CIOCCARI

ORIENTADOR: WANDERLEI JOSÉ GHILARDI

Data e local de defesa: Santa Maria, 24 de novembro de 2015.

Atualmente, uma das funções do contador é contribuir com o gerenciamento de uma empresa, em especial com a gestão financeira, pois a partir da análise da situação financeira, pode dar melhor destino aos recursos, colaborando com o sucesso de uma entidade. Neste contexto, percebe-se que os conceitos e práticas contábeis também podem ser aproveitados na organização das finanças e no planejamento financeiro de um indivíduo, pois os mesmos métodos de análises e controle de recursos podem ser utilizados nas finanças de uma pessoa física. Deste modo, este estudo buscou demonstrar o nível de conhecimentos relativos a finanças pessoais e o comportamento financeiro dos servidores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), e ao mesmo tempo propiciar entendimento do quanto é necessário a Contabilidade na gestão das finanças pessoais. O tipo de pesquisa utilizado foi o descritivo. Em relação ao procedimento para coleta de dados, foi utilizado a revisão bibliográfica. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa, atingindo seus objetivos através da aplicação de questionário. Com os objetivos alcançados, concluiu-se que a Contabilidade é fundamental para o acompanhamento e controle do planejamento financeiro pessoal. Com suas técnicas auxiliares, como fluxo de caixa, orçamento, análise através de índices extraídos das demonstrações financeiras, e com a aplicabilidade de conceitos sobre valor do dinheiro no tempo, formam um sistema de informações que subsidiam as decisões financeiras de um indivíduo, e deste modo, contribuem com o planejamento financeiro pessoal. Percebeu-se que muitos dos servidores do CTISM que responderam à pesquisa, não estão conscientes de que o registro das despesas é eficaz para o controle do orçamento e do planejamento financeiro, por não acharem necessário este tipo de controle; por não saberem como registrar as despesas; ou por esquecerem de anotá-las. Mas a maioria conhece conceitos básicos de finanças, como juros compostos e liquidez de ativos, sendo capazes, portanto, de utilizar as práticas contábeis em suas decisões financeiras.

Palavras-chave: Educação. Finanças. Planejamento financeiro. Contabilidade.

ABSTRACT

Term paper
Accounting Course
Federal University of Santa Maria

FINANCIAL AND ACCOUNTING EDUCACION: A CONTRIBUTION TO THE FINANCIAL PLANNING STAFF

AUTHOR: DANIELA GOMES CIOCCARI
SUPERVISOR: WANDERLEI JOSÉ GHILARDI

Date and place of defense: Santa Maria, november 24, 2015.

Currently, one of the counter's functions is to contribute to the company's management, especially with the management of financial resources, because the analysis of the financial situation, can give better target resources, contributing to the entity success. In this context, it is clear that the concepts and accounting practices can also be availed in the finance organization and financial planning of an individual. For the same analysis methods and control resources can be used in the finances of an individual. Thereby, this study sought to demonstrate the personal finances knowledge level of servers Industrial Technical College in Santa Maria, while promotes understanding of how much is needed to Accounting in personal finance management. The type of research used was descriptive. Regarding the data collection proceedings, we used the literature review and survey. As for the problem of approach, the research could be classified as quantitative, reaching their goals through the questionnaires use. With the goals achieved, it was concluded that the accounting is essential for the monitoring and financial control elaborate planning, with its auxiliary techniques such as cash flow, budget analysis through indexes extracted from the financial statements, and the concepts applicability about value of money over time, compose a information system supporting individual financial decisions, and contribute to personal financial planning. It was noticed that many of the interviewed CTISM servers are not aware that the expenses record is effective for the budget control and the financial planning, either because think this kind of control it is not necessary; not knowing how to register expenses; or forget to write them down. But most knows finances basics concepts, as compound interest and liquid assets, being capable of use the accounting practices in their financial decisions.

Keywords: Education. Finance. Financial planning. Accounting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Indicador de Educação Financeira 2013 e 2014	23
Figura 2 – Fluxo de caixa do investimento X	49
Figura 3 – Fluxo de caixa do investimento Y	50
Figura 4 – Cálculo do valor presente líquido	50
Quadro 1 – Modelo de formulário para controle financeiro	37
Quadro 2 – Exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa	40
Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício 2014	42
Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício 2015	43
Quadro 5 – Exemplo de análise horizontal na Demonstração do Fluxo de Caixa	45
Gráfico 1 – Sexo dos pesquisados	54
Gráfico 2 – Idade dos pesquisados	55
Gráfico 3 – Estado civil dos pesquisados	56
Gráfico 4 – Faixa salarial dos pesquisados	56
Gráfico 5 – Principal fonte de renda dos pesquisados	57
Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos pesquisados	58
Gráfico 7 – Avaliação quanto aos conhecimentos financeiros dos pesquisados	59
Gráfico 8 – Sentimento quanto aos conhecimentos financeiros dos pesquisados	60
Gráfico 9 – Forma menos eficiente de recurso para uma necessidade urgente	61
Gráfico 10 – Alternativas de investimento que os pesquisados mais se identificam	62
Gráfico 11 – Quem teria acumulado mais dinheiro	63
Gráfico 12 – Personagem que possui maiores gastos com despesas financeiras no cartão de crédito	64
Gráfico 13 – Personagem que pagará mais caro na aquisição de um carro	65
Gráfico 14 – Endividamento dos pesquisados	66
Gráfico 15 – Atitude frente ao pagamento da fatura do cartão de crédito	67
Gráfico 16 – Planejamento financeiro para a aposentadoria	68
Gráfico 17 – Registro das despesas	68
Gráfico 18 – Manutenção de um planejamento financeiro para realizar um objetivo	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faturamento anual da Empresa Alfa	47
Tabela 2 – Alternativas de investimento	49

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria	79
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1 Finanças	14
2.1.1 Conceito de finanças e sistema financeiro	14
2.1.2 Sistema financeiro nacional	15
2.2 Educação financeira	16
2.2.1 A importância da educação financeira	18
2.2.2 A educação financeira no Brasil	19
2.2.3 A educação financeira internacional	25
2.3 Finanças comportamentais	27
2.3.1 Decisões financeiras: vieses e riscos	29
2.3.2 Decisões de consumo e investimento	31
2.4 Planejamento financeiro	32
2.4.1 Orçamento financeiro	35
2.5 A Contabilidade na gestão das finanças pessoais	38
2.5.1 Demonstração do fluxo de caixa	39
2.5.2 Demonstração do resultado do exercício	41
2.5.3 Análise das demonstrações financeiras	43
2.5.4 O valor do dinheiro no tempo	46
3 METODOLOGIA	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 Perfil dos servidores públicos do CTISM	54
4.2 Conhecimento sobre finanças pessoais e nível de educação financeira dos servidores públicos do CTISM	58
4.3 Comportamento dos servidores públicos do CTISM em relação às finanças pessoais	65
5 CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICES	78

1 INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa delimitou-se à educação financeira, ao comportamento financeiro dos servidores públicos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - CTISM, localizado no de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, e à Contabilidade na gestão das finanças pessoais, no segundo semestre de 2015.

Quanto aos objetivos gerais, esta pesquisa buscou demonstrar o nível de educação financeira e o comportamento financeiro dos servidores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM, e ao mesmo tempo, propiciar entendimento do quanto é necessário a Contabilidade na gestão das finanças pessoais.

Os objetivos específicos para atingir os objetivos gerais, foram de descrever os conceitos pertinentes a finanças, a finanças comportamentais, à educação financeira, a planejamento financeiro e à Contabilidade na gestão das finanças pessoais, elaborar o questionário com questões que abordam a educação financeira e o comportamento financeiro dos servidores do CTISM, entregar pessoalmente o questionário e via correio eletrônico, e a partir da tabulação das respostas em software Microsoft Excel e construção de gráficos, avaliar como os servidores consideram o planejamento financeiro em suas vidas, identificar se utilizam as informações da Contabilidade para controle de seus gastos e demonstrar como a Contabilidade pode contribuir com o planejamento financeiro pessoal dos servidores públicos do CTISM.

Escolheu-se a população dos servidores públicos do CTISM partindo do entendimento de que é uma categoria profissional que normalmente conquista aprovação para ingressar no serviço público após muito estudo, mas se este servidor tiver seu saldo bancário aumentado dez vezes em função da nova remuneração, e não tiver conhecimento financeiro para gastar e investir seu dinheiro corretamente, não irá adquirir prosperidade financeira ou estabilidade financeira para formar seu patrimônio e assim, conquistar os objetivos que almeja.

A problemática do estudo foi de entender como a Contabilidade pode contribuir com o planejamento financeiro pessoal, diante do nível de educação financeira e do comportamento financeiro dos servidores públicos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM.

Através da educação financeira, as pessoas podem aperfeiçoar sua compreensão dos produtos financeiros e desenvolver habilidades e garantias para se tornarem mais conscientes dos riscos que envolvem o consumo, para fazerem suas escolhas, e saberem onde buscar ajuda, melhorando a relação com suas finanças.

A existência de maior grau de conhecimento sobre o universo que envolve as finanças e da situação econômica do país e do mundo, possibilita que o indivíduo consiga realizar uma razoável previsão do seu futuro financeiro, e deste modo decida melhor que destino dar a seus recursos. Portanto, a educação pode atuar diretamente nas variáveis pessoais e sociais, contribuindo para formar ou amadurecer uma cultura de planejamento de vida, capaz de permitir que a pessoa, conscientemente, possa resistir aos apelos imediatistas e consiga planejar a longo prazo as suas decisões de consumo, poupança e investimento.

Com o aumento de exigências de informações impostas às empresas pelo governo, com o avanço da tecnologia e a constante busca de informações, as funções do contador, antes essencialmente burocráticas, atualmente, com a análise e o acompanhamento que faz dos dados apresentados em demonstrações contábeis, é capaz de propiciar melhorias na empresa, em especial na gestão financeira, colaborando para o sucesso da entidade. Neste contexto, percebe-se que os conceitos e práticas contábeis também podem ser úteis na organização das finanças e no planejamento financeiro de um indivíduo.

Esta pesquisa torna-se relevante pelo fato de que, identificar e compreender como se dá a relação cotidiana das pessoas com seus recursos financeiros, possibilita avaliar se elas possuem nível de educação financeira suficiente para a construção de um planejamento financeiro de sucesso. Ao mesmo tempo, propicia entendimento do quanto a Contabilidade é necessária na gestão das finanças de um indivíduo, seja para aumentar seu patrimônio com investimentos, analisando a melhor opção com os métodos de análise, para manter sob controle os recursos financeiros disponíveis, ou para avaliar a situação de sua vida financeira atual. Deste modo, o estudo justifica-se por apresentar um instrumento de contribuição à gestão dos recursos financeiros pessoais.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a introdução, apresenta-se uma breve explanação sobre o contexto que este estudo está inserido, pela apresentação da delimitação do tema, da problemática, dos objetivos gerais e específicos, além de sua justificativa.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica, trazendo conceitos de finanças, educação financeira, finanças comportamentais, planejamento financeiro, e aspectos referentes à contabilidade pessoal.

O terceiro capítulo é composto pela metodologia da pesquisa, considerando os métodos utilizados na pesquisa.

No quarto capítulo, apresenta-se os dados coletados dos questionários, que foram respondidos e entregues, bem como a análise pertinente. Para encerrar o trabalho, o quinto capítulo apresenta as conclusões obtidas através do estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A seguir são apresentados os principais conceitos teóricos necessários para o desenvolvimento do estudo do tema, a fim de direcionar a pesquisa quantitativa, bem como os esforços para a consecução dos objetivos do estudo, situando o leitor no contexto desta pesquisa.

2.1 Finanças

Finanças pode ser considerada como o estudo da gestão das finanças. Neste sentido, estudar os conceitos abordados em seu conteúdo, contribui para melhor administrar os recursos financeiros pessoais.

2.1.1 Conceito de finanças e sistema financeiro

Quando se adquire um produto ou contrata-se um serviço, espera-se retorno sobre o gasto investido de modo satisfatório. E para decidir por qual maneira realizar essa aquisição, utilizam-se todos os conceitos e práticas que envolvem as finanças, ou seja, conceitos financeiros que abordam decisões de consumo e investimento. Para Bodie e Merton (1999), finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos ao longo do tempo, composta de modelos quantitativos para ajudar as pessoas a avaliarem alternativas, tomarem decisões e implementá-las.

As finanças podem tratar de questões voltadas às empresas, que geralmente contam com a assessoria de um consultor financeiro ou administrador, e também de temas relacionados à vida financeira das pessoas.

Em finanças pessoais são considerados eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro. Estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais. (CHEROBIM, 2010, p. 2)

Bodie e Merton (1999) definem o sistema financeiro como o conjunto formado pelo mercado financeiro e outras instituições, para a elaboração de contratos financeiros e para o intercâmbio de ativos e riscos. Fazem parte do sistema financeiro, os mercados de ações, os intermediários, os bancos, companhias de seguros, as empresas que oferecem serviços financeiros e também as entidades regulamentadoras deste sistema.

É o mercado financeiro que vende ou compra os produtos financeiros, por exemplo, cartão de crédito, poupança, fundos de investimento, capitalização, seguros, empréstimos e financiamentos, conta corrente, previdência, etc.

2.1.2 Sistema financeiro nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições que regulamentam, fiscalizam e executam as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. Conforme informações que constam no site do Banco Central do Brasil, este sistema se divide em dois subsistemas: o normativo, composto por instituições que estabelecem as regras e diretrizes de funcionamento, além de definir os parâmetros para a intermediação financeira e fiscalizar a atuação das instituições operativas.

O Sistema Financeiro Nacional é formado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas Instituições Especiais (Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal). O CMN é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

O segundo subsistema, conforme demonstrado no site do Banco Central do Brasil, é o operativo, formado pelas instituições que realizam a intermediação financeira, e tem como função operacionalizar a transferência de recursos entre fornecedores de fundos e os tomadores de recursos, a partir das regras, diretrizes e parâmetros definidos pelo subsistema normativo.

Estão nessa categoria as instituições financeiras bancárias e não bancárias, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), além das instituições não financeiras e auxiliares.

O sistema financeiro oferece produtos que exigem educação financeira dos indivíduos, para que possam otimizar os recursos financeiros a favor do progresso econômico. São exemplos: o Proagro Mais, criado em 2004, e as bolsas de valores. O Proagro Mais é um seguro destinado aos pequenos produtores, vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), nas operações de custeio agrícola, e passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios, na forma estabelecida pelo CMN.

Bolsas de valores são centros de negociações de valores mobiliários, que utilizam sistemas eletrônicos de negociação para efetuar compras e vendas desses valores, que podem ser na forma de ações de companhias abertas (públicas ou privadas), contratos futuros, derivativos, etc. No Brasil, as bolsas são organizadas em sociedades por ações (S/A), reguladas e fiscalizadas pela CVM. As bolsas são responsáveis por fortalecer a economia e podem favorecer os indivíduos de uma sociedade e não só aqueles que possuem ações de companhias abertas (INVESTPEDIA, 2015).

2.2 Educação financeira

Educação é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil, e em seu artigo 205, consta que sua promoção é dever do Estado e da família, e deve ser incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania, além de qualificar para o trabalho.

A educação financeira é o que capacita uma pessoa a elaborar seu planejamento financeiro. Através do conhecimento dos conceitos e práticas que abrangem as finanças, o indivíduo será capaz de organizar sua vida financeira, e atingir os objetivos e sonhos que almeja para viver com mais tranquilidade.

A capacitação financeira tornou-se uma prioridade política a longo prazo em muitos países. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* OECD) e a sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), realizam pesquisas e desenvolvem ferramentas para apoiarem os políticos e as autoridades públicas a elaborarem e implementarem estratégias nacionais de educação

financeira. Em seu site¹, a OECD apresenta a definição de educação financeira como o processo pelo qual os consumidores e investidores melhoram a sua compreensão sobre produtos financeiros, conceitos e riscos que envolvem as decisões financeiras, por meio de informação, instrução ou aconselhamento e desenvolvimento de habilidades, e deste modo tornam-se mais conscientes dos riscos financeiros e oportunidades, para fazerem melhores escolhas, e melhorarem o seu bem-estar financeiro.

Uma boa gestão de finanças não está atrelada ao volume de recursos financeiros que uma pessoa dispõe. Para Saito (2007), o êxito na gestão das finanças pessoais está relacionado à capacidade de planejar a disponibilidade dos recursos ao longo da vida, visando realizar projetos pessoais e familiares. O autor conceitua educação financeira como um conjunto de conhecimentos que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, para que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras.

Segundo Krüger (2014), a educação financeira serve como alicerce para o desenvolvimento cognitivo. Consequentemente, os pensamentos tendem a sofrer alterações à medida que a bagagem de conhecimentos se aprimora em virtude da instrução.

Conforme Bussinger (2005), desenvolvimento de uma consciência financeira só é possível com educação. Nosso sistema educacional nos força ao auto aprendizado, é a partir do nosso interesse e busca pelo conhecimento financeiro que aprendemos a lidar com o dinheiro e com nossos bens.

Mesmo quando os pais não têm apoio das escolas para ensinarem finanças a seus filhos, eles podem auxiliá-los a terem os primeiros contatos com o mundo financeiro. Cerbasi (2004) afirma que ensinar finanças para as crianças através de fórmulas de matemática financeira, mecânica de juros e simulações numéricas traz o risco de cultivar a aversão por finanças na cabeça delas. A melhor maneira de ensiná-las é através de práticas cotidianas e simulações do dia-a-dia dos adultos, com auxílio de jogos como o Banco Imobiliário, que simula decisões financeiras. O autor ressalta que já na infância é possível aprender sobre responsabilidade pessoal e que os recursos são limitados, e a mesada é um bom recurso para esse aprendizado.

Para Durans (2015), as falhas em nossa educação em aprender, desde criança, o que é e o que significa para nós o dinheiro, abre lacunas para maus comportamentos financeiros quando temos de lidar com seu uso.

¹Disponível em www.oecd.org

D'Aquino (2015) afirma que a educação financeira é composta por quatro elementos fundamentais: como ganhar dinheiro, como gastar dinheiro, como poupar, como doar tempo, talento e dinheiro, como parcela da responsabilidade social que cabe a cada pessoa, de modo que seja possível compreender que a solução para os problemas de ordem pessoal e do país, não depende exclusivamente do governo. O autor observa que a educação financeira deve ter como objetivo criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, e para isso é necessária uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência.

Um dos motivos para o desinteresse das pessoas em buscar maiores informações sobre o mercado financeiro, é a linguagem técnica das publicações. “O conhecimento que está disponível nos livros, sites ou cursos sobre o sistema financeiro geralmente é muito técnico, voltado para profissionais da área ou estudantes de finanças, administração, economia ou ciências correlatas” (BUSSINGER, 2005, p. 143). Deste modo, a autora se refere às barreiras da educação financeira, aquilo que desmotiva as pessoas a aumentarem seu nível de conhecimento sobre finanças, pois para algumas pessoas, a linguagem não é de fácil entendimento.

2.2.1 A importância da educação financeira

Na visão de Cerbasi (2009, p.5), “a organização da vida financeira de uma pessoa dará a ela o controle sobre seu dinheiro, maior consciência sobre suas escolhas e maior eficiência no uso de sua renda” (CERBASI, 2009, p. 5).

A educação financeira está relacionada com o desenvolvimento econômico de um país. De acordo com as decisões financeiras dos indivíduos, será medido o nível de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países.

A Educação Financeira é uma causa que contribui efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país, pois proporciona à população as competências e habilidades necessárias para inserir em sua vida o planejamento, a gestão de sua renda, a poupança, o investimento e a compreensão de seus direitos. (AEF BRASIL, 2015).

No caderno de Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil, p. 7, sobre consumidores destaca-se o seguinte:

Consumidores bem-educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivando à competição e desempenhando papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras, contribuindo, dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro.

A falta de conhecimento financeiro é definida como um tipo de analfabetismo para Kiyosaki (2000), e para o autor, esta falta de educação é a base das dificuldades financeiras. As pessoas que são analfabetas do ponto de vista financeiro, conseguem ler as palavras e os números, mas não conseguem interpretar, e é isso que os ricos possuem: conhecimento financeiro para interpretar os números e fazer com que este conhecimento faça sua vida financeira prosperar.

Segundo Greenspan (2002 apud AMADEU, 2009, p. 20), a educação financeira é muito útil aos indivíduos, pois proporciona conhecimentos financeiros necessários para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto e a longo prazo, e maximizar seu bem-estar.

A escola prepara os seus alunos para uma vida profissional. O servidor público inicia a carreira pública após muito estudo para conquistar a aprovação em um concurso, geralmente disputa uma vaga com centenas de pessoas. E mesmo se este servidor tiver seu saldo bancário aumentado dez vezes mais, se ele não tiver conhecimento financeiro para gastar e investir seu dinheiro de maneira correta, não vai manter prosperidade financeira e adquirir os bens e conquistar os sonhos que deseja.

Segundo Kiyosaki (2009), o que falta em educação não é saber como ganhar dinheiro, mas como gastá-lo, e define esse saber como aptidão financeira – o que você faz com o dinheiro depois que o ganhou, como você efetua seus pagamentos, quanto você o conserva e o quanto esse trabalha para você.

2.2.2 A educação financeira no Brasil

No Brasil, diversas instituições demonstram preocupação com a educação financeira do brasileiro e com a sustentabilidade do consumo, em especial de seus clientes, tratando-se de

instituições bancárias, pois as orientações oferecidas muitas vezes envolvem os produtos financeiros que o banco comercializa.

O ensino de finanças pelas escolas não é obrigatório no Brasil. A Lei de Diretrizes da Educação Nacional n. 9.384/96, que disciplina a educação escolar, diz o seguinte:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

A referida lei atribui às escolas o ensino obrigatório de matemática, porém, estabelece que cada instituição deve elaborar sua proposta pedagógica, portanto, não há garantias de que o estudante será educado financeiramente pelas escolas brasileiras.

Para promover a educação financeira no Brasil, o governo instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira, pelo Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multisetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A estratégia foi criada através da articulação de 08 órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF (AEF BRASIL, 2015).

A responsabilidade pelo ENEF é do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com o apoio de oito órgãos e entidades governamentais, como os ministérios da Fazenda, da Educação e da Previdência Social. Além de quatro organizações da sociedade civil, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e dos Capitais (ANBIMA) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg). Seguindo os objetivos da ENEF, estas organizações criaram a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil).

A AEF-Brasil coordena projetos e programas direcionados à todas as faixas etárias. Em 2014, a associação entregou ao Ministério da Educação, nove livros no formato aluno-professor,

correspondente a cada ano do ensino fundamental, com conteúdo que envolvem assuntos financeiros com situações reais e do cotidiano da faixa etária dos alunos, como organização pessoal, financeira e decisões de consumo e poupança. As propostas de disseminação da educação financeira para o nível médio incluem uma plataforma virtual com materiais didáticos sobre o tema, onde é possível através de cadastro das escolas, ter acesso a todo conteúdo dos livros com temas que abordam o empreendedorismo, conquistas, desejos, proteção, investimento, família e universidade.

Além disso, as escolas que no desenvolvimento do projeto do programa de educação financeira nas escolas, optaram por oferecer educação econômica a seus alunos, receberão os livros impressos, e aos seus professores, será oferecida formação presencial e a distância, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do tema em sala de aula.

A AEF-Brasil também possui projetos de educação financeira para aposentados com renda de até 2 salários mínimos e para mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família. Além disso, está coordenando um mapeamento das iniciativas de educação financeira no Brasil, com o objetivo de levantar informações sobre os projetos ou iniciativas de desenvolvimento de tecnologias educacionais e sociais de educação financeira, bem como as ferramentas educacionais gratuitas e disponibilizadas pelos setores públicos e privados à sociedade brasileira.

A Escola de Administração Fazendária (ESAF), órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, subordinada ao Ministro de Estado da Fazenda, inicialmente criada para oferecer cursos aos servidores públicos, atualmente também capacita os demais cidadãos brasileiros com diversos cursos, entre eles o intitulado Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais, disponível no site² da ESAF através do link capacitação.

O Banco Central do Brasil (BACEN) em seu site disponibiliza um curso virtual de gestão de finanças pessoais, gratuito e com todo o conteúdo apresentado através de vídeos animados. Os conteúdos abordam a relação das pessoas com o dinheiro, orçamento pessoal ou familiar, crédito e endividamento, consumo planejado e consciente, poupança e investimento, prevenção e proteção no consumo de serviços financeiros (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

²Disponível em: www.esaf.fazenda.gov.br

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui um ambiente virtual³ de aprendizagem com cursos disponíveis de finanças pessoais, que explicam a importância da educação financeira; do consumo consciente e do equilíbrio financeiro; do reconhecimento do orçamento como instrumento para a vida financeira; orienta a construção do planejamento financeiro a curto e médio prazo; apresenta as principais causas de endividamento e alternativas para sair desta condição; apresenta também informações sobre poupança e a importância de investir o dinheiro poupado. E também neste ambiente, há curso de matemática financeira com conceitos básicos; análise de situações cotidianas; comparação entre juros simples e compostos, além de curso de investimento em valores mobiliários.

A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA S.A) criou o Instituto Educacional BM&FBOVESPA S.A, e em seu site, apresenta os cursos de finanças pessoais que disponibiliza, distribuídos em quatro módulos na modalidade presencial e um na modalidade a distância. Sendo que em um dos módulos presenciais, são oferecidas palestras para instituições de ensino, grupos e empresas. Além disso, possui outras iniciativas, como a TV Educação Financeira. Realizado mediante uma parceria com a TV Cultura, o programa mostra episódios que abordam temas desde a origem do dinheiro e do sistema bancário até problemas práticos do cotidiano que envolvem as finanças. E ainda fornece simuladores para os participantes realizarem diversas operações, onde é possível aplicar os conceitos básicos do mercado financeiro além de disponibilizar para download, uma planilha do Excel para controle do orçamento pessoal (BM&FBOVESPA, 2015).

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) criou o INFI-Instituto FEBRABAN de Educação, uma escola de negócios e finanças desenvolvida para capacitar pessoas interessadas no sistema financeiro brasileiro, com cursos presenciais ou a distância. A metodologia é desenvolvida através do contato direto com mais de trinta comissões e grupos de trabalho formado por bancos (FEBRABAN, 2015).

Para auxílio na gestão dos recursos financeiros pessoais, o Serasa oferece em seu site⁴, o Guia de Orientação ao Cidadão, com testes para avaliar o nível de educação financeira do usuário (SERASA, 2015).

O Indicador de educação financeira do cidadão brasileiro (IndEF), é uma pesquisa realizada pelo Serasa Consumidor em conjunto com o IBOPE Inteligência, para apresentar um

³Disponível em: www.cvm.gov.br

⁴Disponível em: www.serasaconsumidor.com.br

indicativo dos níveis da educação financeira dos brasileiros. O IndEF estabelece uma leitura objetiva do grau de educação financeira do brasileiro em três dimensões: conhecimento, atitude e comportamento, identificando os pontos fortes e fracos.

A sua edição de 2014 foi desenvolvida com a aplicação de um questionário com questões de múltipla escolha e com perguntas que levantam o perfil sócio-demográfico de 2002 entrevistados, maiores de 16 anos de idade, de 140 cidades de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, incluindo capitais, periferia e interior. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados no total da amostra.

O Indicador é composto por três dimensões relativas às finanças pessoais e familiares dos brasileiros, cada uma com um peso diferente: atitude (24%), que avalia como o entrevistado enxerga sua relação com o dinheiro, conhecimento (26%), ou seja, o entendimento relativo a finanças, e comportamento (50%), que mede as relações do entrevistado com seu dinheiro no dia a dia, ou seja, se gasta mais do que ganha, se guarda dinheiro e se planeja o futuro. O indicador e suas dimensões são mostradas numa escala de 0 a 10.

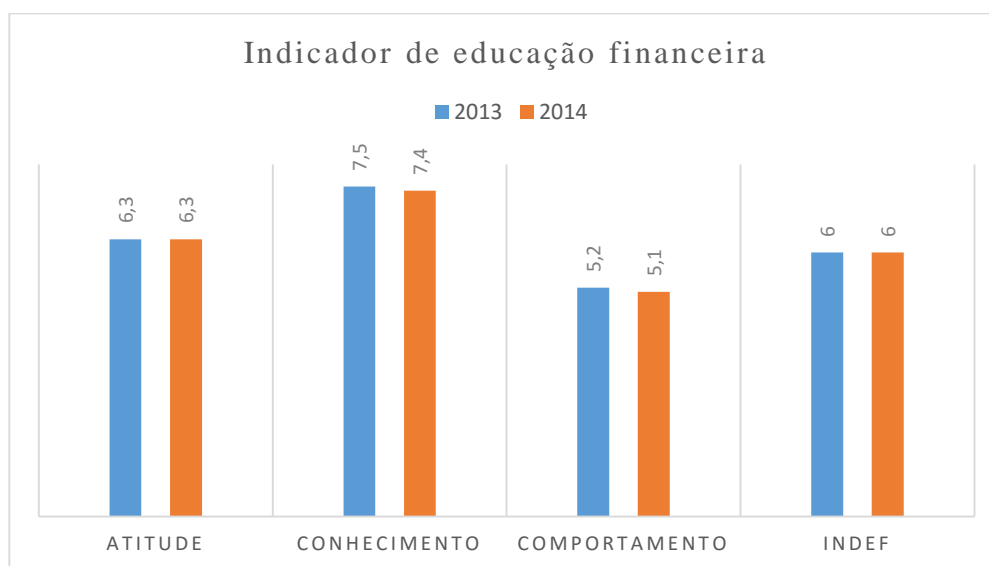


Figura 1 - Indicador de Educação Financeira 2013 e 2014

Fonte: Serasa Consumidor e IBOPE Inteligência.

Deste modo, a Figura 1 mostra que o nível de educação de 2014 foi a mesma de 2013, com ligeira piora nos níveis de conhecimento e comportamento. Algumas considerações da pesquisa quanto à variação de 2013 para 2014:

- Há diferenças entre homens e mulheres somente na dimensão conhecimento. No entanto, em 2013, houve uma ligeira piora nos indicadores dos homens, exceto em comportamento, e melhora das mulheres em atitude.
- Em relação à faixa etária, analisando o indicador geral, nota-se que os valores do IndEF crescem à medida que aumenta a faixa etária, notadamente nas faixas entre 16 e 17 anos e 18 e 24 anos. Pode-se supor que a menor pontuação obtida pelos mais jovens seja explicada por seu menor contato com as práticas cotidianas do mundo financeiro. Quando analisamos separadamente as três dimensões que compõem o IndEF, vemos que a dimensão atitude é a que mais sinaliza diferenças entre os mais jovens e os demais grupos. Em relação a 2013, a faixa etária que apresentou mudança mais significativa no IndEF foi a de jovens de 16 a 17 anos, com queda de 0,4.
- O IndEF aumenta de acordo com os anos de estudo. Vale notar que quando olhamos separadamente as três dimensões que compõem o Indicador, as dimensões atitude e comportamento apresentam apenas variações mínimas entre os três níveis de escolaridade. Já a dimensão conhecimento apresenta um aumento significativo conforme a escolaridade se eleva. Em relação a 2013, houve pouca variabilidade, mas o conhecimento sofreu retração em praticamente todos os níveis de escolaridade.
- O IndEF fica em patamares relativamente parecidos dentre os que têm renda pessoal de até 10 salários mínimos, alterando-se significativamente para os que têm renda pessoal superior a esse valor. Isso também ocorre nas dimensões atitude e comportamento. Na dimensão conhecimento, vemos um aumento já naqueles que possuem renda a partir de 1 salário mínimo, aumentando um pouco mais conforme a renda cresce para mais de 5 salários mínimos. Em relação à renda familiar, há uma relação mais clara entre o IndEF e a evolução da renda, ainda que com pequenas elevações entre as faixas. Assim como na renda pessoal, a dimensão mais sensível é a do conhecimento, apresentando um aumento significativo a cada elevação de faixa de renda. Em relação a 2013, o IndEF melhorou apenas na faixa mais alta de renda correspondente ao indicador de comportamento desse perfil.
- Uma vez que as variáveis classe social, escolaridade e renda são correlacionadas, a dimensão que apresenta maior variação entre os três grupos é a de conhecimento, que aumenta conforme se eleva a classe social. As demais dimensões não sofrem alterações entre as classes. Em relação a 2013, não houve variações significativas. Como vimos, portanto, existe pouca variabilidade do IndEF entre 2013 e 2014, o que também ocorre

nas três dimensões – atitude, conhecimento e comportamento – e para os diferentes segmentos populacionais caracterizados pelas variáveis sociodemográficas.

Atualmente os bancos demonstram preocupação em orientar o brasileiro a gerir suas finanças. Na maioria dos sites dos bancos brasileiros, é possível encontrar guias, testes que avaliam o conhecimento financeiro e um extenso conteúdo destinado a contribuir com a educação financeira de seus clientes.

O Banco do Brasil disponibiliza uma página na internet onde os usuários têm acesso a planilhas para controle de gastos, e também na página, há cursos e guias de investimento, jogos educativos, simuladores e artigos de especialistas com o tema de finanças pessoais (TA NA HORA, 2015).

A Caixa Econômica Federal apresenta em seu site uma série de informações direcionadas às pessoas e também às empresas interessadas em finanças. No conteúdo são encontrados vídeos educativos, planilhas para controle do orçamento financeiro, cartilhas e *podcasts* com arquivos de áudio com explicações sobre assuntos diversos (CAIXA, 2015).

O banco Itaú foi o pioneiro a desenvolver programas sobre educação financeira. Em 2004, lançou os primeiros guias sobre o tema. A instituição credita a educação financeira como uma estratégia de sustentabilidade. Em seu site, além de possuir conteúdo sobre educação financeira direcionada a adultos através de simulados e vídeos, disponibiliza um livro para as crianças com informações e dicas de especialistas sobre finanças (ITAÚ, 2015).

2.2.3 A educação financeira internacional

O nível do conhecimento da população sobre finanças pessoais diverge entre os países, pois está condicionado ao interesse das instituições de ensino e do governo em oferecer este tipo de ensino à população, das famílias em educarem seus filhos, e do interesse de cada pessoa em adquirir conhecimentos para uma vida financeira mais tranquila. Algumas escolas internacionais não são obrigadas a oferecer o ensino de educação financeira, mas em alguns países, as disciplinas de matemática, estudos sociais e economia doméstica, promovem conhecimento sobre finanças pessoais.

Holzmann e Mirales (2005 apud SAITO, 2007, p. 45) destacam os países que estão desenvolvendo a educação financeira de maneira mais intensa: Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coréia do Sul. E afirmam que no Leste Europeu e América Latina a capacitação em finanças pessoais se dá de forma mais lenta.

Diferente do Brasil, nos Estados Unidos o ensino de finanças é obrigatório em alguns estados, conforme Berheim, Garret e Maki (1997 apud SAITO, p. 47), conteúdos de finanças pessoais e educação para o consumo compõe a grade curricular de diversas escolas norte americanas. As instituições financeiras e órgãos públicos contribuíram com a educação financeira, de modo mais intenso, após escândalos contábeis como o da empresa de energia Enron, que conforme Cintra (2002), fraudava suas demonstrações contábeis para apresentar lucros falsos, e após a descoberta, demitiu mais de 4.000 empregados, e conseqüentemente, tiveram suas poupanças destruídas, pois boa parte de suas economias eram aplicadas em ações da empresa. Fraudes deste tipo causam prejuízo às pessoas, de modo que para recuperar a boa situação financeira que possuíam, é necessário que sejam bem-educadas financeiramente.

No Reino Unido, segundo Saito (2007), há algumas instituições envolvidas no processo de capacitação financeira, entre elas, o *Financial Services Authority*, organização não-governamental que atua na proteção dos consumidores, no combate aos crimes financeiros, e na divulgação de conceitos ligados ao sistema financeiro. o *Basic Skills Agency*, que atua em prol de melhorias das técnicas de ensino e aprendizagem de adultos, o *Department for Work and Pensions* e o Tesouro Nacional. Nas escolas dos países que formam o Reino Unido, a educação em finanças pessoais é facultativa desde 2001, e conforme o autor, na Inglaterra os conceitos de finanças são transmitidos em cursos de matemática, educação moral e cívica, entre outros.

Saito (2007) diz que no ensino formal do Japão há ensinamentos sobre economia doméstica, e na esfera não formal, a educação em finanças pessoais é promovida por *Bank of Japan*, *Japan Securities Dealers Association*, *NPO Association for the promotion of Financial Literacy* e *NPO Japan Association for Financial Planner*, com campanhas, seminários, palestras, e fornecimento de materiais como livros, vídeos e sites educativos.

Conforme Nakata (2011), no Japão, desde o jardim de infância os meninos e meninas tratam do tema economia doméstica e também aprendem lições que vão desde a importância de economizar recursos para uma futura poupança a como cuidar e preservar escassos recursos naturais japoneses, sujeitos a abalos sísmicos, furacões e tsunamis.

Em um estudo realizado por Worthington (2006 apud SAITO, 2007, p. 56), nota-se que o nível de conhecimento financeiro na Austrália é mais elevado entre pessoas de 50 a 60 anos, profissionais, empresários, donos de fazenda e indivíduos com formação universitária. E o menor nível de conhecimento financeiro ficou entre desempregados e mulheres.

De acordo com Feslier (2006 apud SAITO, 2007, p. 57), na Nova Zelândia, apesar da educação em finanças pessoais não ser obrigatória nas escolas, as crianças aprendem sobre o tema em disciplinas como matemática, estudos sociais, saúde e bem-estar.

Fundado em 2010, o Comitê Latino Americano de Educação Financeira, envolve 19 países: Peru, Brasil, México, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República do Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Entre os objetivos do comitê, estão: mapear as ações de educação financeira realizadas na América Latina e usar as informações para pesquisa e aprimoramento; lançar um portal de educação financeira traduzido em três línguas (português, espanhol e inglês); contribuir na questão do superendividamento das famílias e no aumento da poupança e promover encontros de educação financeira para aproximar os países da integração na educação financeira, com a realização de congressos entre os países, a fim de trocar experiências no mercado financeiro e difundir o uso consciente dos produtos financeiros (FEBRABAN, 2015).

2.3 Finanças comportamentais

Se o ser humano estivesse livre de fatores que influenciam o seu comportamento frente às decisões financeiras, viveria em absoluto estado de prosperidade se assim desejasse. Mas as pessoas estão sujeitas aos desvios da racionalidade provocados por suas emoções. Seres humanos possuem certos desvios de padrões comportamentais que conseguem alterar suas decisões ou entendimento de uma situação, ou seja, as pessoas possuem vieses comportamentais que prejudicam a avaliação de uma situação com clareza e discernimento.

Para Barbedo e Camilo-da-Silva (2008), o comportamento humano é derivado do hábito e de suas interpretações restritivas e, eventualmente, as pessoas estão sujeitas a vieses comportamentais, definidos por eles como uma tendenciosidade que impede a consideração objetiva de uma questão e deste modo, limita o raciocínio sobre determinados problemas. E ainda afirmam que o ser humano possui capacidade limitada para formular e resolver problemas complexos, não sendo possível, portanto, atender aos requisitos da racionalidade plena, que inclui: definição adequada do problema; identificação de critérios e pesos de decisão; e geração de alternativas em cada critério.

Macedo Jr. et al. (2011) afirmam que finanças comportamentais fundem conceitos de economia, finanças e psicologia cognitiva, a fim de construir um modelo detalhado do comportamento humano nos mercados financeiros. Para os autores, o que se pretende em

finanças comportamentais é aprimorar os modelos financeiros, incorporando tendências de comportamentos identificadas nos humanos.

A psicologia é extremamente importante para as finanças comportamentais, pois é esta ciência que avalia o comportamento humano, sua personalidade e seu ponto de vista em relação a determinado produto ou serviço, deste modo, pode minimizar riscos e possíveis arrependimentos ou aborrecimentos. E é a psicologia cognitiva que demonstra o comportamento dos seres humanos, como percebe, aprende, lembra e processa as informações mostradas pela realidade.

Os estudos das finanças comportamentais tiveram seu início em 1979, com os trabalhos de dois psicólogos israelenses: Amos Tversky e Daniel Kahneman, com o desenvolvimento da Teoria das Perspectivas, que rendeu em 2002 o Prêmio Nobel de Economia a Kahneman, já que Tversky faleceu antes da premiação. E ainda tiveram seus trabalhos utilizados como base teórica para análise do comportamento dos investidores. Eles apresentaram experimentos para mostrar os vieses psicológicos que afetam as pessoas no processo de tomada de decisão, e concluíram que um indivíduo tem aversão ao risco para os ganhos, mas é propenso aos riscos em situações de perdas (1979 apud SAITO, 2007, p. 31).

Entre as diversas definições de finanças comportamentais, Lintner (1998 apud LIMA, 2003, p. 4) diz que se trata do estudo de como os investidores interpretam as informações que possuem e como as aplicam em decisões de investimento. Quanto a essas decisões, Olsen (1998 apud LIMA, 2003, p. 4) sustenta que as finanças comportamentais pretendem entender e prever os processos psicológicos de decisão, que envolvem a sistemática do mercado financeiro sem tentar definir o comportamento racional ou irracional.

Milanez (2003 apud TRINDADE, 2009, p. 24), contribui com o entendimento de finanças comportamentais ao citar uma característica peculiar a estes estudos, a junção de conceitos de outras áreas, como a Psicologia e a Sociologia à Economia, no sentido de explicar as decisões dos indivíduos no mercado financeiro.

Ao longo de sua vida, um indivíduo constrói suas crenças, referências e conhecimentos. Desse modo, é possível que dois indivíduos decidam de maneira diferente quando expostos ao mesmo problema. Segundo Bazerman (2004 apud GUBIANI; LAVARDA, 2011, p. 164) a tomada de decisão se caracteriza como um processo encadeado que se apoia em aspectos cognitivos de coleta de dados, análise e julgamento.

Conforme Ramos (2007 apud GUBIANI; LAVARDA, 2011, p. 165) o estudo de finanças comportamentais preocupa-se em identificar e classificar vieses comportamentais relacionados às emoções e aos erros cognitivos que podem influenciar o processo decisório,

afastando o sujeito da racionalidade infinita; e como esses padrões podem determinar mudanças no mercado.

2.3.1 Decisões financeiras: vieses e riscos

Decisões são tomadas diariamente, desde as mais corriqueiras, como que roupa usar, que caminho fazer para o trabalho, até as mais complexas, como definir a carteira de investimentos. Se as pessoas tivessem que pensar profundamente sobre cada escolha, elas não conseguiriam fazer nada, ficariam paralisadas diante de tantas opções. Por isso, a mente funciona de um jeito que simplifica o processo de decisão. Em vez de pensar conscientemente sobre cada possibilidade, os indivíduos tomam suas decisões de maneira rápida e automática, fazendo uso de atalhos e regras para facilitar as decisões.

Além disso, as pessoas são influenciadas por emoções no momento de decisão, que provocam uma distorção na realidade. E deste modo, é possível que sejam cometidos erros sistemáticos, ou seja, os vieses comportamentais.

Os diversos estudos na área de finanças comportamentais objetivam explicar os desvios de racionalidade a que as pessoas estão sujeitas, de modo que os erros nos processos de decisão sejam compreendidos.

Conforme Barbedo e Camilo da Silva (2008), as pessoas em um ato decisório, possuem comportamentos influenciados por âncoras psicológicas que direcionam a decisão para aspectos contrários à racionalidade, portanto, âncoras psicológicas são vieses cognitivos que interferem em uma tomada de decisão. Deursen (2011) diz que os consultores de preços chamam de ancoragem o fenômeno em que, ao estimar o valor numérico de algo, as pessoas são inconscientemente influenciadas por outros números relacionados.

E o autor exemplifica: A Williams-Sonoma, rede de lojas americana especializada em produtos para a cozinha, vendia uma máquina de pães por US\$ 279. Foi um fracasso. Mais tarde lançou uma nova versão, pouco maior, a US\$ 429. Novo fracasso. Mas algo curioso aconteceu: a partir de então as vendas do aparelho de US\$ 279 dobraram. O preço do eletrodoméstico passou a ser mais interessante depois que o consumidor soube que o produto um pouco maior custava bem mais.

A ancoragem foi descoberta em 1974 pelos psicólogos Amos Tversky e Daniel Kahneman. Em seus estudos, contestaram a teoria do *Homo Economicus*, que afirma que o ser racional sempre pensa em como maximizar seus interesses sem considerar os aspectos psicológicos dos tomadores de decisão.

Outra maneira de decidir é utilizando os atalhos mentais. Barbedo e Camilo da Silva (2008) os consideram muito úteis em tomada de decisões, mas estes atalhos frequentemente confundem o processo decisório e assim conduzem a respostas equivocadas. Segundo os autores, estes atalhos são aproximações mentais, nem sempre verdadeiras, que desencadeiam comportamentos economicamente irracionais devido à influência de fatores comportamentais.

E ainda exemplificam com uma situação hipotética onde um indivíduo compra um par de sapatos novos. Apesar de calçá-los perfeitamente na loja, no primeiro dia de uso percebe que o sapato machuca o seu pé. Dias depois, tenta de novo e descobre que o sapato dói ainda mais. E então, quanto mais caro é o sapato, mais vezes ele tentará utilizá-lo. Encerrada as tentativas, sem sucesso de uso, para de usá-lo, mas não se livra dele. Depois de passar tempo suficiente para que o pagamento tenha sido depreciado, o indivíduo se livra do sapato. Os autores afirmam que essa depreciação não foi economicamente racional, uma vez que o sapato nem foi utilizado. Entretanto, tomadores de decisão estão diariamente sujeitos a esse tipo de comportamento.

Outra maneira de simplificar o processo decisório é simplesmente seguir o grupo, fato esse conhecido no universo financeiro como movimento em manada. Para Mosca (2009), no movimento em manada, as pessoas agem e pensam conforme os demais membros do grupo no qual estão inseridos. Aham mais fácil do que se opor e desafiar o pensamento dominante. De acordo com o autor, as pessoas agem assim pois deste modo se sentem mais seguras, e o no caso de erro, menos constrangidas. Além disso, na maioria dos casos, as decisões são acertadas.

Mas conforme Mosca (2009), no mercado financeiro, o movimento de manada é um dos maiores temores. O autor explica que se em momento de alta no mercado as pessoas decidem copiar as decisões de investimentos dos outros investidores, e se isso é feito de maneira indiscriminada ou pela maioria, o preço de mercado do ativo em questão (ação de uma empresa ou imóveis de uma determinada região), tende a desviar do valor justo desse ativo. E aí acontece uma sobrevalorização e, em casos extremos, uma bolha especulativa, quando o preço praticado no mercado guarda pouca relação com o real valor do ativo em questão ou com sua capacidade de produzir resultados em linha com o preço praticado no mercado.

Segundo Robbins (2000 apud FERREIRA, 2010, p. 2) os tomadores de decisão deveriam usar um processo racional para fazerem escolhas seguindo etapas racionais, consistentes e decisivas para o seu sucesso. As etapas que o autor estabelece são as seguintes:

- Definir o problema para entender melhor a decisão a ser tomada, para isso o problema deve estar claro e com as informações completas;
- As informações coletadas devem dar maior certeza e para tanto devem estar completas, após isso deve ser usado o processo racional e captar a complexidade real dos eventos;

- Depois de iniciado o processo, após a coleta de informações, o decisor precisa entender que mesmo semelhante ou parecido com outras situações, todo processo decisório deve ser encarado e abordado como uma nova situação e diante disto, mesmo utilizando-se de heurísticas, fazê-lo de modo racional, obedecendo a regras, critérios e etapas. É importante conhecer todos os critérios de avaliação das alternativas, e assim selecionar a melhor, para isso essa busca não deve ser limitada, sem restrições de recursos, pessoas e informações.
- Ao final é preciso tomar uma decisão, sem acomodação, ordenando preferências, avaliando as alternativas e destinando valores o que aumentará o alcance das metas que pretendem ser alcançadas com sua implementação.

Conforme Roldan e Miyake (2004 apud FERREIRA, 2010, p. 3), no processo decisório, há basicamente quatro dificuldades: complexidade, incerteza inerente à decisão, objetivos múltiplos que se inter-relacionam e a possibilidade de diferentes conclusões de análise.

No processo decisório, há os riscos envolvidos em cada situação, ou seja, as consequências da decisão que os tomadores não conseguem prever. Em finanças, o risco, para Lucena et al. (2011), está em pagar por um produto um valor que não vale o que custou (o MBA em Finanças Empresariais me ajudará a conseguir uma colocação melhor no mercado de trabalho?). Portanto, risco em finanças trata-se das incertezas sobre as consequências da decisão tomada.

2.3.2 Decisões de consumo e investimento

Schweriner (2006) examina a sociedade de consumo do século XXI e afirma que o indivíduo nela inserida é incitado a comprar continuamente, mesmo sem dinheiro para isso, valendo-se da instituição do crédito para viabilizar o modo contínuo do consumo. Isso pode ser explicado pelo incentivo ao descartável, ou seja, as pessoas são estimuladas a desfazer-se rapidamente de produtos, para comprarem outros mais novos ou mais modernos.

Lucena et al. (2011) dividem o processo de decisão de consumo de bens e serviços em: pré-compra, compra e pós-compra. Na fase da pré-compra, há o reconhecimento do problema, o consumidor compara as situações que se sente confortável com aquela que de fato se encontra e nota uma distância significativa entre elas. Ainda na fase da pré-compra, o indivíduo realiza a busca de informações sobre o produto ou serviço em que se interessou, e por último, processa a avaliação das alternativas, com o objetivo de realizar a compra a fim de satisfazer sua necessidade. Na fase da compra, é possível que essa seja totalmente planejada, quando o

produto foi escolhido com antecedência, ou que seja por impulso, ou seja, sem planejamento. E por fim, no pós-compra, o consumidor compara o desempenho do serviço ou produto adquirido em relação às experiências anteriores e avalia sua satisfação.

Decidir investir implica definir o quanto não consumir no presente para consumir no futuro, adotando o critério de maximizar a satisfação esperada. Para Bodie (2006 apud SAITO 2007, p. 35), poupar implica não empregar o recurso financeiro para consumo corrente, mas utilizá-lo no futuro. Ainda segundo o autor, a poupança é definida erroneamente em alguns materiais de educação em finanças pessoais, como o ato de aplicar recursos financeiros em contas bancárias, classificadas como uma alternativa sem risco. E nesses mesmos materiais, investimento é alocar recursos em ativos com risco. Mas o que na prática ocorre, é que as duas alternativas envolvem riscos, diante das oscilações de inflações e outras situações de incerteza do mercado financeiro.

A decisão de investimento envolve avaliar racionalmente se é adequada aos interesses do investidor, diante dos critérios de riscos, retorno e liquidez desejados.

Para Toscano Junior (2004 apud LANDVOIGT, 2007, p. 34), o mais importante para o investidor é identificar, entre os diversos tipos de investimento, qual é aquele que melhor atenderá a sua expectativa de retorno, ou seja, qual que melhor se adapta ao seu tipo de perfil. O autor apresenta três tipos de perfil de investidor: conservador, moderado e arrojado. O conservador objetiva preservar seu capital. É aquele que prefere investir em fundos de renda fixa e de curto prazo. O investidor moderado aceita correr um certo tipo de risco, admite uma pequena perda ou que sua aplicação fique alguns meses sem remuneração, preferindo fundos que representem rendimentos superiores à média do mercado. E o investidor arrojado investe em ações, fundos de ações e derivativos, sem medo de perder tudo o que aplicou, assume o prejuízo e parte em busca de novos investimentos.

2.4 Planejamento financeiro

Sá e Moraes (2007, p. 5) definem planejamento como “um processo contínuo que visa antecipar um estado futuro de forma a estabelecer as ações necessárias à concretização deste estado por meio de intervenções ativas no presente”.

Dentro do planejamento estratégico de uma empresa, estão os caminhos e recomendações em cada área da entidade, entre elas, a financeira, para que as metas sejam atingidas. Conforme Sá e Moraes (2007), o planejamento financeiro deve proporcionar a visão necessária à otimização da utilização dos recursos,

No planejamento financeiro pessoal, o objetivo é adequar os rendimentos às necessidades, de modo que também proporcione a noção do quanto é possível investir para a evolução do patrimônio pessoal. Nas empresas, a gestão financeira é fundamental para que ela tenha condições de realizar investimentos para manter-se atuante no mercado ou pelo menos sustentar os custos fixos do seu negócio. Em finanças pessoais, a intenção do planejamento financeiro não é muito diferente, pois ao controlar seu dinheiro, os indivíduos planejam suas finanças para que consigam prover desde as necessidades básicas para a sobrevivência, a realização de sonhos.

Cherobim et al. (2010, p. 28) dizem que “planejamento é a reunião sistemática de informações que nos permite avaliar a realidade, estabelecer procedimentos e identificar caminhos que nos permitam chegar a determinado fim”. E este fim é o objetivo que se quer alcançar, de ordem individual, atrelado a sonhos e expectativas quanto ao futuro, que pode ser próximo, no planejamento a curto prazo, ou distante, no planejamento a médio e longo prazo.

O objetivo do controle sobre as finanças é manter o indivíduo atento ao equilíbrio entre suas receitas e despesas, ao administrar sua renda, seus investimentos, seu patrimônio e suas dívidas. Para Cerbasi (2015), planejamento financeiro pessoal não se limita a um apanhado de técnicas para disciplinar gastos e acumular poupança, pois é preciso entender o que é importante gastar hoje e o que pode ser adiado. Para o autor, formar uma fortuna daqui a alguns anos não garantirá a felicidade se para isso custar o distanciamento da família, da falta de hábitos de diversão e lazer e do afastamento de amigos. Portanto, planejar significa saber o que é permitido gastar hoje para viver com qualidade, sem comprometer o padrão de vida no futuro.

Foulks e Graci (1989 apud CAMARGO, 2007, p. 7) referem-se a planejamento financeiro como um processo de desenvolvimento, implementação e monitoramento de um plano, formal ou não, para investir em ativos de acordo com a propensão individual ao risco e consumir os ativos adquiridos durante o tempo de vida de modo coerente com as metas traçadas.

Segundo Gitman (2010), planejamento financeiro pode ser estratégico ou operacional. Estratégico é o planejamento a longo prazo, que expressará as ações financeiras planejadas e o impacto previsto das mesmas ao longo de dois a dez anos, revistas à medida que novas informações relevantes estiverem disponíveis. O planejamento financeiro estratégico orientará o operacional, que é a curto prazo, formado pelas estratégias mensais no orçamento.

Planejamento financeiro exige disciplina para que as pessoas mantenham suas finanças sobre controle, e alguns hábitos ou comportamentos podem dificultar a gestão das finanças, entre eles, a busca do prazer imediato. Quando o indivíduo apresenta urgência em satisfazer o seu desejo, e realiza uma compra a prazo, paga um preço maior pela aquisição, causado pelos

juros embutidos nas parcelas. Além disso, o Caderno de Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (2013), mostra que é difícil planejar quando as pessoas possuem pouca formação financeira, já que com pouco conhecimento sobre conceitos e produtos financeiros, as pessoas não usufruem das possibilidades que o mercado financeiro oferece para um adequado planejamento de suas finanças. E também aponta a memória inflacionária dos brasileiros, por conta do período vivido até 1994, quando não fazia sentido poupar, pois o valor do dinheiro decaía com o tempo. Mesmo depois de mais de vinte anos, essa memória inflacionária ainda influencia a maneira como as pessoas planejam suas finanças.

As estratégias para planejar as finanças não precisam ser rígidas, uma vez que a vida financeira de uma pessoa está relacionada com a fase em que a pessoa se encontra. Cherobim et al. (2010) afirmam que na infância, as características psicológicas da criança e o exemplo das pessoas que a cercam, serão base para estabelecer os critérios que nortearão sua vida financeira. A primeira fase da vida até a juventude, abrange o período onde acontecem os maiores investimentos de uma pessoa, objetivando a formação pessoal e profissional, pois é neste período que o indivíduo precisa se preparar para o mercado de trabalho, portanto, vai demandar maiores gastos com educação. Na vida adulta, seu planejamento não envolverá apenas a si, mas possivelmente os filhos, que de acordo com Cherobim et al. (2010), classificam-se como investimentos de longo prazo. E na velhice, a preocupação é se a aposentadoria será suficiente para cobrir despesas como plano de saúde e remédios. Sendo assim, cada fase da vida envolverá questões que são peculiares àquela fase, demandando estratégias diferentes.

Depois do Plano Real resultar em um declínio da inflação no Brasil, as pessoas não sentem mais a urgência em gastar seu dinheiro, visto que os preços dos produtos não sobem na velocidade que subiam anteriormente. E mesmo no atual período de recessão econômica, a inflação não chega perto do índice de 47,43% alcançado em junho de 1994⁵. Além disso, Cherobim et al. (2010) acrescentam outros motivos para as pessoas se interessarem mais pelo planejamento de suas finanças, entre eles, a aposentadoria no setor público que deixou de ser com proventos integrais, e serviços que antes podiam contar com o Estado, como a educação pública de qualidade no ensino básico, serviços de assistência à saúde, e transporte, pois as pessoas utilizam mais o automóvel particular e menos o transporte público. Portanto, os preços foram relativamente controlados, mas o volume de despesas aumentou para o brasileiro, fazendo com o que as pessoas se preocupem em controlar seu orçamento.

⁵Fonte: <http://economia.ig.com.br/2012-07-02/veja-a-trajetoria-da-inflacao-ibovespa-e-o-cambio-antes-e-depois-do-plano-real.html>

Para a construção de um planejamento financeiro pessoal, Cumbie (2003 apud CAMARGO, 2007, p. 8) aponta alguns fatores que devem ser levados em consideração. Entre eles, o pensamento estratégico, conceito de risco, resolução de conflitos de interesses, visão de futuro, inteligência emocional, administração da mudança, planejamento de cenários, papel do dinheiro na sociedade e necessidade de segurança.

2.4.1 Orçamento financeiro

Segundo Sá e Moraes (2007) “orçamento é a expressão quantitativa e formal dos planos da administração da empresa. É o planejamento estratégico da empresa traduzido em números”. Pode-se afirmar também, que orçamento é um instrumento que estabelece o limite de despesas e o valor necessário de receitas para suportar essas despesas, dentro de um período, ou também para visualizar o que pode ser destinado a investimentos. É um procedimento utilizado pelas empresas, pelo governo e pelos indivíduos na organização de suas finanças.

De acordo com Souza (2014), o orçamento é um documento que apresenta um conjunto organizado de ações que orientam o dimensionamento de recursos financeiros, objetivando alcançar os propósitos da empresa, cuja expressão é quantitativa, embora contemple itens não financeiros. “Pressupõe o equilíbrio entre o planejamento estratégico da alta administração e o planejamento operacional, contemplando os documentos e as condições efetivas de realização das disposições orçamentárias” (SOUZA, 2014, p. 238).

Para Gitman (2010), orçamento pessoal é um relatório de planejamento financeiro de curto prazo que ajuda as pessoas ou famílias a atingirem suas metas financeiras, e geralmente abrange o período de um ano, subdividido em meses.

Os orçamentos ajudam não só a planejar uma operação, eles também ajudam na parte do controle. Por meio de comparações entre o desempenho orçado e o desempenho real, as variações podem ser pesquisadas e analisadas, e ações corretivas podem ser tomadas para trazer a empresa de volta aos trilhos. Um orçamento é uma porção de coisas, e cada uma delas é importante para o sucesso de uma organização. É um plano de projeto de operações futuras da empresa, e, logo, é um mecanismo de planejamento. O orçamento pode ajudar a revelar usos eficientes e ineficientes dos recursos, o que faz dele um controle importante da gestão. (GRIFFIN, 2012, p. 153).

Conforme ilustra Souza (2014), o orçamento financeiro é constituído pela demonstração do resultado orçado, pelo balanço patrimonial orçado e pela demonstração do fluxo de caixa. O autor explica que a demonstração do resultado orçada serve de auxílio para a administração verificar se os planos econômicos são viáveis:

[...]é importante a comparação do resultado orçado com o resultado realizado para analisar o desempenho das atividades, determinar se a empresa está atingindo os objetivos financeiros desejados e decidir quais mudanças são necessárias, o que contribui para o processo orçamentário dos períodos futuros. (SANTOS, 2014, p. 252).

Segundo Santos (2014), os gestores usam um sistema orçamentário para tocar os negócios e atividades de uma organização. Este sistema permite medir o desempenho financeiro corrente, descobrir variações significativas no planejamento, e detectar alterações substanciais nas circunstâncias ou condições do negócio. Portanto, o papel do orçamento no planejamento financeiro não é de apenas apontar o caminho para que os objetivos sejam alcançados, mas também controlar os planos estabelecidos.

Estabelecendo uma analogia entre o orçamento financeiro de uma empresa e de um indivíduo, é possível notar que as pessoas podem aproveitar a ferramenta orçamentária para adequar seus rendimentos aos objetivos pessoais. Por exemplo, se uma pessoa pretende financiar um automóvel, pode-se avaliar se os seus recursos comportam as prestações.

O Quadro 1 mostra um exemplo de planilha de controle mensal do orçamento financeiro de assalariado.

PLANILHA DE CONTROLE MENSAL													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
RECEITA/RENDA TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salários	-												-
Vale	-												-
13º. Salário	-												-
Férias	-												-
Outros	-												-
DESPESAS COM CASA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguel													-
Compra de imóvel													-
Internet													-
Luz													-
Água													-
Telefones													-
IPTU													-
Feira													-
Supermercado													-
Reformas/Consertos													-
Outros / Ajuda em casa													-
SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Saúde													-
Médico													-
Dentista													-
Medicamentos													-
Outros													-
TRANSPORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ônibus													-
Outros													-
AUTOMÓVEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estacionamento													-
Seguro													-
Combustível													-
IPVA/Licenciamento													-
Mecânico													-
Revisão													-
Acessórios													-
Outros (multas...)													-
DESPESAS PESSOAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Higiene Pessoal													-
Cosméticos													-
Almoço													-
Vestuário													-
Eletroeletrônicos													-
Cursos													-
Outros													-
LAZER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viagem													-
Shows / Festas													-
Passeios													-
Outros													-
TOTAIS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Recebimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Mensal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 1 – Modelo de formulário para controle financeiro

Fonte: Krüger, 2014.

2.5 A Contabilidade na gestão das finanças pessoais

Iudícibus et al. (2009) dizem que o objetivo da Contabilidade pode ser considerado o fornecimento de informações úteis, oportunas, e estruturadas, de natureza econômica e financeira, aos usuários internos (administradores, funcionários etc.) e externos (bancos, eventuais investidores etc.) à entidade objeto da Contabilidade. A informação a que se referem Iudícibus et al. (2009), é estruturada, porque segue um esquema de planejamento contábil em que um sistema de informação é desenhado, colocado em funcionamento e periodicamente revisto, tendo em vista parâmetros próprios. Deste modo, é com estas informações que a Contabilidade pretende ser útil aos usuários em suas tomadas de decisões.

Sá (2007, p. 99) diz que “grande parte dos erros que se cometem na administração decorre da falta de atenção aos dados e orientações que a Contabilidade pode oferecer”. Nestes erros, incluem-se as decisões equivocadas sobre a movimentação dos recursos financeiros e a ausência de planejamento financeiro.

Para Griffin (2012), a Contabilidade tem o propósito de captar o impacto econômico das transações cotidianas. A contabilização dos dados necessários para elaborar as demonstrações financeiras, resulta em informação da posição financeira e dos resultados das operações. Portanto, a análise dos demonstrativos contribuirá com o planejamento financeiro, na medida que possibilita conhecer os pontos fracos a ser melhorados.

A Contabilidade atua sobre o patrimônio de uma entidade, que pode ser, segundo Iudícibus et al. (2009), pessoa física ou jurídica. Os elementos que compõe o patrimônio financeiro são o ativo, formado pelos bens e direitos, como dinheiro, contas a receber; o passivo, que se refere às obrigações, como contas e impostos a pagar e patrimônio líquido, que é a diferença entre ativo e passivo.

Conforme Iudícibus et al. (2009), os relatórios contábeis, conhecidos como Demonstrações Financeiras, são produzidos pela contabilização dos fatos que modificam o patrimônio. E alguns são legalmente exigidos, a saber: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração de Valor Adicionado.

De acordo com Crepaldi (2002), o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e na tomada de decisões. Para o autor, portanto, é necessário conhecer contabilidade e finanças para saber o que significam os números gerados pelos relatórios

financeiros. Neste sentido, o conhecimento contábil aliado ao financeiro, proporcionará melhor administração do patrimônio financeiro de uma pessoa jurídica ou física.

Contabilidade pessoal é a organização financeira do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa. Estas informações são usadas para o controle e gestão das finanças pessoais. Essas operações envolvem os registros das aquisições de bens e direitos, obrigações contraídas, como todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa. Na contabilidade bens e direitos são denominados “Ativos”, enquanto que as obrigações chamam-se “Passivos”. E a diferença entre ativo e passivo se chama de “Patrimônio Líquido”. A importância da contabilidade para pessoa física se deve ao fato, que a mesma visa fornecer informações sobre a situação financeira com base nos fatos ocorridos no patrimônio, coletando dados e proporcionando a oportunidade da administração da sua própria vida financeira, observando possibilidades de economias extras de recursos, para futuros investimentos. (SILVA, 2007, p. 18).

2.5.1 Demonstração do fluxo de caixa

Segundo Viceconti e Neves (2011), a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a situação financeira de uma entidade, pois mostra a variação do grupo Disponível entre dois exercícios sociais consecutivos. Disponível é o grupo formado por valores de caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata. Estas aplicações são aquelas que apresentam pouco risco quanto seu valor de resgate e curto prazo de vencimento.

Griffin (2012) explica que demonstração do fluxo de caixa mostra o saldo inicial de caixa, e dos equivalentes de caixa do período em que ocorreram as movimentações constantes no demonstrativo, do caixa líquido gerado no período ou usado em cada uma das categorias (atividades operacionais, de investimento ou de financiamento), do aumento ou a redução líquida em caixa e equivalentes de caixa do período, e o saldo final.

De acordo com o CPC 03⁶, “equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”.

⁶Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico 03 (R2), onde R2 corresponde à segunda revisão.

Com o embasamento de modelos apresentados por Viceconti; Neves (2011, p. 278) e Griffin (2012, p. 60), foi elaborado o Fluxo de Caixa, conforme Quadro 2.

FLUXO DE CAIXA		MÊS:	OUTUBRO	NOVEMBRO
		SALÁRIO:	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
		Saldo inicial	R\$ 300,00	R\$ 800,00
		Descrição		
GASTOS FIXOS	Financiamento habitação		R\$ 700,00	R\$ 700,00
	Mensalidade escolar		R\$ 500,00	R\$ 500,00
	Academia		R\$ 60,00	R\$ 60,00
	TV por assinatura		R\$ 70,00	R\$ 70,00
	Internet		R\$ 70,00	R\$ 70,00
	Plano de Saúde		R\$ 300,00	R\$ 300,00
	Financiamento veículo		R\$ 500,00	R\$ 500,00
GASTOS VARIÁVEIS	Supermercado		R\$ 280,00	R\$ 320,00
	Gasolina		R\$ 200,00	R\$ 270,00
	Luz		R\$ 50,00	R\$ 55,00
	Água		R\$ 60,00	R\$ 65,00
	Celular		R\$ 80,00	R\$ 90,00
	Roupas		R\$ 250,00	R\$ 200,00
	Lazer		R\$ 200,00	R\$ 350,00
	Viagens		R\$ 0,00	R\$ 120,00
POUPANÇA	Poupança		R\$ 180,00	R\$ 300,00
Varição do Disponível = receitas - despesas			R\$ 500,00	
(+) Disponível em 30.09.2015			R\$ 300,00	
(=) Disponível em 31.10.2015			R\$ 800,00	
Varição do Disponível = receitas - despesas				R\$ 30,00
(+) Disponível em 31.10.2015				R\$ 800,00
(=) Disponível em 30.11.2015				R\$ 830,00

Quadro 2 – Exemplo de Demonstração de Fluxo de Caixa

Na Contabilidade pessoal, o fluxo de caixa demonstrará a movimentação das receitas e dos descontos sobre elas, por exemplo, na forma de impostos, e das despesas, classificadas em fixas ou variáveis. Despesas fixas são aquelas que não sofrem variação no seu valor durante determinado período, variáveis são pagas todo mês, mas o valor varia conforme o consumo, e as eventuais são as que não ocorrem em todos os meses. Além disso, a Demonstração de Fluxo de Caixa também apresentará o valor destinado à poupança.

Montoto (2014) diz que o objetivo das demonstrações do fluxo de caixa é apresentar as modificações ocorridas no caixa, isto é, as operações que envolvem os valores disponíveis em dinheiro, em bancos e em aplicações de liquidez imediata.

Para Griffin (2012), o propósito principal desse demonstrativo é fornecer as informações sobre recebimentos e pagamentos de uma organização dentro de um período, resultantes das operações, investimentos e financiamentos.

Portanto, o objetivo do fluxo de caixa é organizar as receitas e despesas, permitindo uma visualização do que foi poupado em um determinado período de tempo, ou caso contrário, do déficit gerado na movimentação.

2.5.2 Demonstração do resultado do exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório financeiro produzido pela Contabilidade, onde são apresentadas as receitas e despesas do período, independentemente de seu recebimento ou pagamento. Portanto, mesmo sem a efetiva entrada e saída de dinheiro, as receitas e despesas são registradas. A Lei n. 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) estabelece a ordem de apresentação das receitas, custos e despesas que compõe o demonstrativo: inicia-se pela receita bruta, seguida das deduções da receita, do custo das vendas, e das despesas operacionais, para chegar ao valor final do lucro ou prejuízo.

A partir deste relatório, é possível verificar se o período foi encerrado com lucro ou prejuízo contábil. Na Contabilidade pessoal, esse resultado pode ser entendido como déficit, quando o período encerrar com o total de despesas maior do que das receitas, ou superávit, quando o total das receitas for maior do que o das despesas.

De acordo com o Quadro 3, o exercício 1 apresentou um lucro líquido de R\$ 1.313,50. Na Contabilidade pessoal, o demonstrativo apresenta todas as receitas do período, que pode ser composta por salários, rendimentos de aplicações financeiras, venda de um bem, receita de alugueis, pró-labore, etc. Em despesas, constarão as despesas ocorridas: alimentação, vestuários, água, energia elétrica, impostos, telefone, internet, manutenção de bens duráveis, etc. Se o resultado do relatório for positivo, o período será encerrado com lucro. O resultado negativo é uma evidência de que as receitas não foram suficientes para cobrir as despesas. A partir da análise da Demonstração do Resultado do Exercício, pode-se decidir quais atitudes tomar para encerrar o próximo período com folga financeira ou investir, caso o total de receitas supere o total de despesas.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Vendas de mercadorias	R\$ 7.100,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
Devoluções de vendas	(R\$ 100,00)
Impostos e contribuições incidentes sobre vendas	(R\$ 1.050,00)
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 5.950,00
(-) CUSTOS DAS VENDAS	
Custo das mercadorias	(R\$ 2.500,00)
= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	R\$ 3.450,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
Despesas com vendas	(R\$ 200,00)
Despesas administrativas	(R\$ 300,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	
Despesas financeiras	(R\$ 30,00)
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA	R\$ 2.920,00
(-) Imposto de renda e CSLL	(R\$ 1.606,50)
=RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 1.313,50

Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício 2014

O Quadro 4 corresponde a Demonstração do Resultado do Exercício de uma pessoa física, com um superávit de R\$ 1.040,00, referente ao exercício 2015:

RECEITA BRUTA	
Salário	R\$ 9.000,00
Aluguel recebido	R\$2.000,00
Rendimento de aplicações financeiras	R\$ 150,00
(-) DESPESAS	
Educação	(R\$ 2.200,00)
Saúde	(R\$ 1.000,00)
Alimentação	(R\$ 2.000,00)
Despesas financeiras (juros bancários)	(R\$ 30,00)
Vestuário	(R\$ 2.000,00)
Água	(R\$ 280,00)
Telefone	(R\$ 300,00)
Energia elétrica	(R\$ 300,00)
Lazer	(R\$ 2.000,00)
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 1.040,00

Quadro 4 – Demonstração do Resultado do Exercício 2015

2.5.3 Análise das demonstrações financeiras

Segundo Neves e Viceconti (2007), análise é o método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação. Em contabilidade, o objetivo das análises das demonstrações financeiras é estudar a situação de um patrimônio, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo dos relatórios financeiros. Aplicando-se à contabilidade pessoal, é possível analisar a situação do patrimônio financeiro de uma pessoa.

Entre os tipos de análise, estão a análise de estrutura ou vertical, a análise de evolução ou horizontal, análise por índices de liquidez e por índices de endividamento.

Conforme Neves e Viceconti (2007), a análise vertical mede percentualmente cada componente em relação ao todo do qual faz parte, e faz as comparações caso existam dois ou

mais períodos. Analisando a demonstração do resultado do exercício, é possível identificar o quanto cada conta contribuiu com o resultado.

Diferente da análise vertical, a análise horizontal compara os itens financeiros em diferentes períodos de tempo. Deste modo, segundo Neves e Viceconti (2007), a análise horizontal possibilita avaliar o aumento ou diminuição dos valores que expressam os elementos que compõe o patrimônio ou do resultado, em uma série histórica de exercícios. Deste modo, é possível verificar as variações de cada conta ou grupo de contas, para realizar os ajustes necessários no planejamento financeiro.

Conforme Griffin (2012), a Equação 1 para cálculo do percentual representativo da variação na análise horizontal, pode ser assim representada:

$$\text{Variação percentual} = \text{Variação} / \text{Valor do período base} \quad (1)$$

O Quadro 5 refere-se a um exemplo de análise horizontal na Demonstração de Fluxo de Caixa, com as respectivas variações percentuais. Em fevereiro não ocorreu a receita de aluguel, mas comparado ao mês anterior, houve considerável diminuição de gastos em vários tipos de despesa, deste modo, o equilíbrio do saldo final de caixa foi mantido e ainda foi possível depositar na poupança 25% a mais do que o mês anterior.

Contas	JANEIRO		FEVEREIRO		%
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	A.H.
Salário	R\$ 3.500,00		R\$ 3.500,00		0,0%
Receita de aluguel	R\$ 650,00		R\$ -		-100,0%
Cartão de crédito		R\$ 800,00		R\$ 700,00	-12,5%
Condomínio		R\$ 100,00		R\$ 100,00	0,0%
Energia Elétrica		R\$ 100,00		R\$ 130,00	30,0%
Aluguel		R\$ 400,00		R\$ 400,00	0,0%
Transporte		R\$ 200,00		R\$ 150,00	-25,0%
Vestuário		R\$ 200,00		R\$ 160,00	-20,0%
Gás		R\$ 50,00		R\$ 50,00	0,0%
Plano de saúde		R\$ 200,00		R\$ 200,00	0,0%
Farmácia		R\$ 100,00		R\$ 80,00	-20,0%
Lazer		R\$ 480,00		R\$ 300,00	-37,5%
Internet		R\$ 120,00		R\$ 120,00	0,0%
Poupança		R\$ 800,00		R\$ 1.000,00	25,0%
Fluxo de caixa líquido		R\$ 600,00		R\$ 110,00	-81,7%
Aumento líquido		R\$ 600,00		R\$ 110,00	-81,7%
Saldo inicial de caixa		R\$ 620,00		R\$ 1.220,00	96,8%
Saldo final de caixa		R\$ 1.220,00		R\$ 1.330,00	9,0%

Quadro 5 – Exemplo de análise horizontal na Demonstração do Fluxo de Caixa

Sobre a análise das demonstrações financeiras através de índices, Montoto (2014, p. 925), afirma que:

Os dados extraídos ou compilados sobre a forma de índices e/ou indicadores permitirão que os analistas concluam sobre a situação financeira, estrutura de endividamento e capitais, aspectos relevantes da política organizacional, geração de caixa, entre outros aspectos importantes para uma conclusão sobre a entidade analisada.

Para Griffin (2012), os gestores de uma empresa podem utilizar os indicadores como forma de controle do planejamento:

Indicadores também são importantes ferramentas para gerenciamento: todas as áreas financeiras de uma empresa podem se beneficiar deles, pois tem valor estratégico; os indicadores são uma ferramenta de diagnóstico que informa à administração se estão executando corretamente seu plano. Dessa forma, podem ajudar não só no planejamento, mas também no controle. (GRIFFIN, 2012, p. 137).

Com o índice de liquidez absoluta, é possível avaliar a capacidade financeira de pagamento das obrigações de curto prazo. Pela razão entre o que se tem de recursos financeiros de uso imediato, e as dívidas a curto prazo, é possível identificar quanto se tem disponível para

cumprir com as obrigações a curto prazo. Em contabilidade, obrigações a curto prazo enquadra-se as obrigações com vencimento até o término do exercício social seguinte.

Conforme Neves e Viceconti (2007), quando se tem 70 reais de dinheiro disponível, e 330 reais de obrigações a pagar, o resultado do índice de liquidez absoluta, de 0,21, indica que, para cada real (RS 1,00) de dívidas com terceiros a curto prazo, dispõe-se de vinte e um centavos (R\$ 0,21) em dinheiro para pagar.

O índice de endividamento calculado pela razão entre o valor de todas as contas a pagar, tanto a curto com a longo prazo, e por tudo o que se tem de valores em caixa, bancos, aplicações, e outros bens, demonstra o grau de endividamento, que, segundo Neves e Viceconti (2007), quanto menor, melhor é a situação de uma empresa. Aplicado às finanças de uma pessoa física, este índice demonstra o quanto os ativos de uma pessoa estão comprometidos.

2.5.4 O valor do dinheiro no tempo

Em época de recessão econômica, caracterizada pela diminuição dos lucros das empresas e do consumo das famílias, o planejamento financeiro é ainda mais necessário. E para um planejamento de sucesso, é importante conhecer os conceitos básicos e aplicações práticas de matemática financeira.

Taxas de juros, inflação, valor presente e valor futuro, são elementos abordados pela matemática financeira para demonstrar as alterações de valores que as finanças sofrem no transcorrer do tempo. Deste modo, seus conceitos matemáticos e práticas são aplicáveis às finanças pessoais, pois fazem parte dos produtos financeiros adquiridos pelas pessoas. Conhecer seus conceitos e como se relacionam com as finanças, é fundamental na análise financeira de investimentos, quando pretende-se avaliar quais investimentos oferecem maior retorno financeiro.

A matemática financeira está relacionada à questão do valor do dinheiro no tempo (juro e inflação), considerando tomadas de decisão que estão presentes no cotidiano de pessoas e famílias, como, por exemplo, destinar recursos disponíveis para aplicações financeiras ou utilizá-los para comprar bens de consumo, realizar as compras com pagamento a vista ou com pagamento a prazo, fazer o financiamento em poucas ou em muitas parcelas, comprar um bem novo ou usado, alugar ou comprar um imóvel, aplicar em ativos de renda fixa ou em ativos de renda variável. (SANTOS, 2014, p. 186).

De acordo com Ferreira (2014), quando há estabilidade monetária, ou seja, quando a economia possui inflação nula ou próxima a esse valor, a moeda se mantém com poder de

compra inalterado ao longo do tempo, resultando em um ambiente favorável às projeções, previsões e ao planejamento financeiro de curto e de longo prazo.

A mudança dos preços dos produtos pode ser explicada pela inflação, mas não simplesmente pelo aumento do preço de um produto, pois conforme Gremaud (2003 apud RAYMUNDO; FRANZIN, 2009, p. 146), a inflação provoca um aumento contínuo e generalizado dos preços na média de todos os preços da economia medidos durante um determinado período de tempo. Entre os principais tipos de inflação, Raymundo e Franzin (2009) destacam a estruturalista, comum nos países em desenvolvimento, nos quais as condições econômicas são deficientes e há conflitos na distribuição de renda, e a inflação causada pela desvalorização cambial, que eleva o custo das importações que deve ser repassado ao produto final.

Na prática, se uma pessoa deseja saber qual será o poder aquisitivo de sua renda, ou seja, o poder de compra de sua renda, em uma determinada época, deverá considerar a inflação contida nela. Raymundo e Franzin (2009) explicam que para encontrar o valor atualizado pela inflação, aplica-se a Equação 2, descrita abaixo, onde “ia” é a taxa, na forma unitária, de inflação acumulada no período.

$$\text{Inflator} = 1 + ia \quad (2)$$

Para ilustrar o efeito da inflação no faturamento de uma empresa, que também pode ser tomado como exemplo para calcular o efeito da inflação na renda de uma pessoa física, Raymundo e Franzin (2009) apresentam um exemplo com base na Tabela 1.

Tabela 1 – Faturamento anual da Empresa Alfa

Ano	2006	2007	2008
Faturamento	7.072,00	7.701,00	7.956,00

Fonte: Raymundo e Franzin (2009)

Considerando uma inflação de 10% ou 0,10 ao ano, para o ano de 2007, conforme aplicação da fórmula, o inflator seria 1,10. Multiplicando-se 1,10 por R\$ 7.701, resulta em R\$ 8.471,10. Portanto, o valor do faturamento de 2007 corrigido pela inflação, é de R\$ 8.471,10.

A análise do efeito da inflação no orçamento doméstico serve para avaliar se a renda será suficiente para cobrir os preços das despesas, num planejamento a longo prazo. Se a renda

se mantiver constante e os preços da maioria dos produtos que envolvem o orçamento subirem, será preciso ajustar o planejamento financeiro, buscando novas fontes de renda ou adaptando o orçamento com bens e serviços mais baratos.

Considerando a inflação em investimentos, é necessário verificar se os índices de rendimento da aplicação financeira superam os índices inflacionários. Se forem os mesmos, o que ocorrerá será apenas uma manutenção do poder aquisitivo.

Por investimentos, entende-se:

Numa visão microeconômica, [...] toda aquela aplicação de recursos econômico-financeiros no presente e no setor produtivo, objetivando auferir receitas líquidas ou lucros futuros, tanto através da produção/elaboração de novos bens e/ou serviços, como na expansão de uma atividade econômica já existente. Pelo prisma macroeconômico – ou da contabilidade nacional –, investimento é conceituado como qualquer aumento líquido ocorrido na estrutura do capital (esse capital entendido na sua concepção mais ampla), detectado nos grandes agregados ou setores da economia. (FERREIRA, 2014, p. 313).

Griffin (2012) diz que o valor temporal do dinheiro é a matemática das finanças, e explica que são usadas quatro abordagens básicas: o valor futuro de um único montante, o valor futuro de uma anuidade, o valor presente de um único montante e o valor presente de uma anuidade. Ainda de acordo com Griffin (2012), estes cálculos servem de base para avaliação de investimentos e aplicações para atingir metas, fundos de pensão e nos cálculos de pagamentos de empréstimo.

Para estimar o valor de um investimento quando um indivíduo for se aposentar, ou para saber o valor de um montante de títulos aplicado no Tesouro Nacional, daqui a dez anos, Griffin (2012) explica que é necessário aplicar a Equação 3, que estima o valor futuro de um único montante, onde o valor futuro é representado em grande parte pelos juros compostos, ou seja, quando os juros geram mais juros:

$$VF_{\eta} = VPx(1 + j)^n \quad (3)$$

Na fórmula, “VF” corresponde ao valor futuro no fim do período “n”, “VP” ao valor presente de algum montante futuro e “j” à taxa anual de juros, ou taxa de retorno.

Baseados nos conceitos de valor futuro e valor presente, é possível compreender a análise financeira de um projeto de investimento, através de métodos trazidos pela matemática financeira, que avaliam a rentabilidade de cada projeto de investimento. Raymundo e Franzin (2009) apresentam quatro métodos: o do Valor Presente Líquido ou do Valor Atual (VPL); do

Menor Custo Atual (MCA); do Valor da Anualidade Uniforme equivalente (VAUE) e da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Para análise de investimentos através do VPL, Raymundo e Franzin (2009) explicam que é necessário comparar a soma dos valores das diversas despesas e receitas atualizadas do investimento. Em outras palavras, é a diferença do valor presente das receitas menos o valor presente dos custos. Deste modo, com o fluxo de caixa atualizado através da utilização de uma determinada taxa de juros denominada Taxa Mínima de Atratividade (TMA), ou seja, a taxa mínima que se espera de retorno para a decisão de investir ou não um capital, verifica-se qual das opções propicia o maior retorno, ou seja, a diferença positiva entre receitas e despesas atualizadas.

Ferreira (2014) exemplifica a aplicação do método do VPL, com a análise de dois investimentos denominados X e Y, para uma taxa mínima de atratividade de 12% a.a., conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Alternativas de investimento

ALTERNATIVA DISCRIMINAÇÃO	X (EM MILHÕES DE DÓLARES)	Y (EM MILHÕES DE DÓLARES)
Custo inicial	100	145
Lucro líquido	40	50
Valor residual	0	10
Vida útil	5 anos	5 anos

Fonte: Ferreira, 2014.

Construindo os fluxos de caixa:

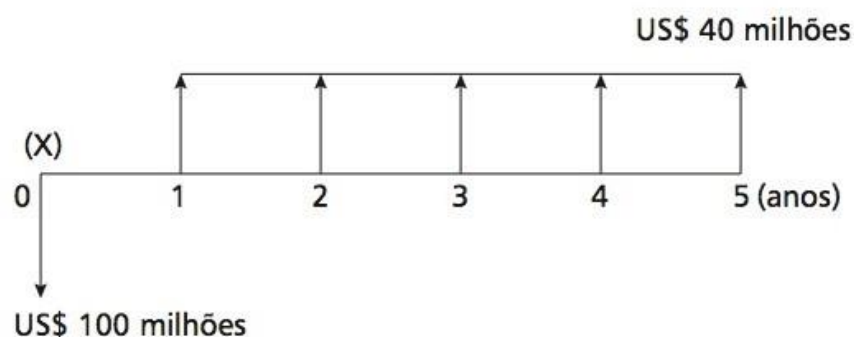


Figura 2 – Fluxo de caixa do investimento X
Fonte: Ferreira, 2014.

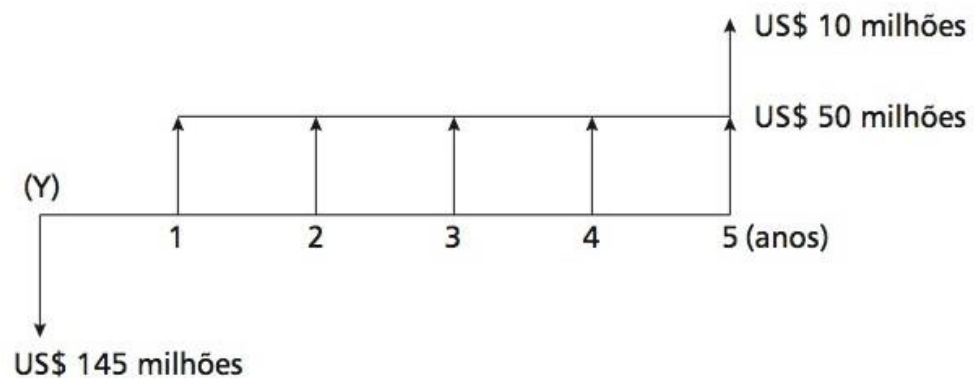


Figura 3 – Fluxo de caixa do investimento Y
Fonte: Ferreira, 2014.

Para decidir por qual investimento optar, realiza-se o seguinte cálculo, conforme demonstrado na Figura 4, e compara-se o valor presente de X e Y.

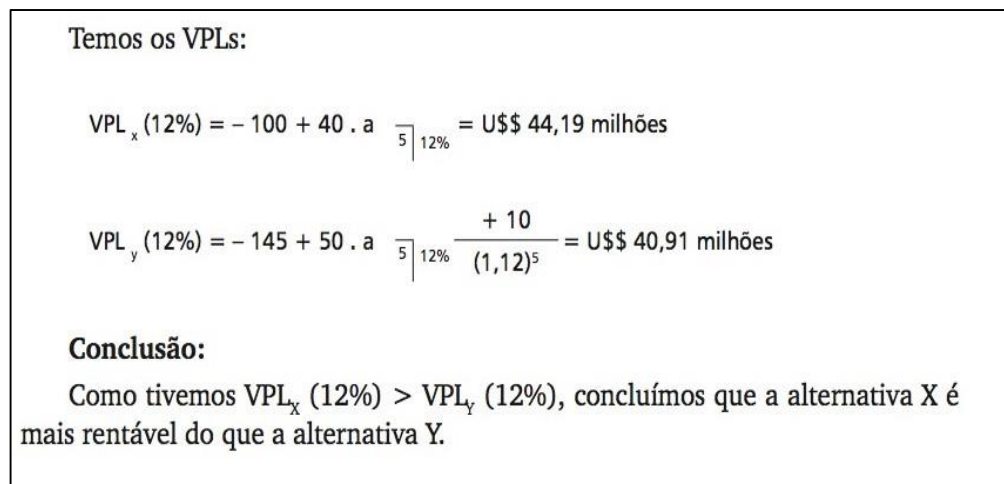


Figura 4 – Cálculo do valor presente líquido
Fonte: Ferreira, 2014.

No cálculo demonstrado na Figura 4, o valor presente líquido do investimento X, aplicado a uma taxa mínima de atratividade de 12%, é de US\$ 44,19 milhões, e o valor presente líquido de Y, à mesma taxa mínima de atratividade, é de US\$ 40,91 milhões, ou seja, menor do que X. Portanto, pelo método do VPL, o investimento X é mais rentável que o investimento Y.

O Método do MCA, de acordo com Raymundo e Franzin (2009), serve para decidir, entre as opções, como fazer o investimento de forma menos onerosa. Neste caso, opta-se pelo menor valor atual, ou seja, por aquele que gera um custo menor ao investidor.

Na análise de investimentos pelo método do VAUE, conforme Raymundo e Franzin (2009), compara-se as parcelas das rendas recebidas com as parcelas das despesas incorridas,

através do fluxo de caixa do investidor. A opção que apresentar maior saldo positivo será a mais viável.

A taxa interna de retorno, segundo Camargos (2013), corresponde à rentabilidade que o projeto de investimento apresenta para o capital que nele permanece investido. Para Raymundo e Franzin (2009, p. 192) “esta é a taxa que, quando aplicada para atualizar os valores das receitas, as iguala com os valores das despesas, também atualizadas. Dessa forma, ela anula os valores atuais das receitas e despesas”.

De acordo com Camargos (2013), para aceitar ou não um projeto de investimento, esta taxa deve ser comparada à Taxa Mínima de Atratividade, também chamada de taxa de desconto ou custo de capital. Esta taxa pode ser determinada pelo investidor, por duas maneiras:

[...] baseado no custo de oportunidade de aplicações existentes no mercado. Ou seja, o projeto deve proporcionar, no mínimo, o rendimento de determinada aplicação, mais um percentual para cobrir os riscos do negócio, como render a taxa Selic acumulada com mais de 2 % para cobrir os riscos, ou: baseado no custo de capital da empresa, determinado pela ponderação dos custos das diversas fontes que financiam a empresa pelos seus respectivos pesos na estrutura de capital, como por meio da metodologia conhecida como Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). (CAMARGOS, 2013, p. 327).

Com o conhecimento dessas técnicas de análise de investimentos, o investidor terá condições de decidir racionalmente por aquele tipo de investimento que lhe dará o retorno desejado, de acordo com o risco que se dispõe a correr. Deste modo, a contabilidade contribui com aqueles indivíduos que possuem folga e estabilidade em suas finanças, e desejam que o dinheiro que possuem proporcionem rendimentos para que possam esperar pelo futuro com tranquilidade.

3 METODOLOGIA

Para atender às finalidades da pesquisa, ou seja, demonstrar o nível de educação financeira e o comportamento financeiro dos servidores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM, localizado no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, e ao mesmo tempo, propiciar entendimento do quanto é necessário a Contabilidade na gestão das finanças pessoais, compõe-se a metodologia necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Com base em leituras referentes aos tipos de pesquisa e para atingir os objetivos do estudo, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Gressler (2007), a pesquisa descritiva descreve, sistematicamente, fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse, sem explicar relações ou testar hipóteses provando causa e efeito.

Para Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Para a coleta de dados, realizou-se a pesquisas bibliográfica. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com material já elaborado, como livros e artigos científicos. O autor lista algumas fontes bibliográficas para este método de pesquisa, entre eles publicações periódicas, como jornais e revistas, e livros, que inclui obras literárias e de divulgação.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 166), a pesquisa bibliográfica,

ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Segundo Santos (2006), a pesquisa bibliográfica não oferece dados novos, mas não compromete a possibilidade de que raciocínios originais sejam desenvolvidos.

Para coletar os dados necessários para se responder aos objetivos, utilizou-se de levantamento, que é definido por Gil (2002), como o procedimento onde solicita-se informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para, em seguida, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Neste contexto, e com a intenção de identificar o nível de educação financeira e o comportamento financeiro dos servidores públicos do CTISM, e analisar como a Contabilidade podem contribuir com o planejamento financeiro pessoal, elaborou-se um questionário (Apêndice A), com 18 questões de conhecimentos financeiros e de comportamento financeiro, aplicado pessoalmente e via correio eletrônico, à população selecionada, composta por 126 servidores públicos do CTISM, sendo que 52 servidores entregaram os questionários respondidos.

Os dados coletados foram tabulados no *Microsoft Excel*. A partir da frequência das respostas, calculada em percentagens e com a confecções de gráficos no formato pizza, apresentaram-se os resultados obtidos e as discussões pertinentes.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativas. Em pesquisas quantitativas utilizam-se questionários para atingir aos objetivos.

O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo. Com este método, explica-se o conteúdo das informações através uma cadeia de raciocínios em conexão descendente, ou seja, do geral para a particular, para chegar às conclusões. Portanto, os conceitos financeiros e contábeis abordados na revisão bibliográfica, serviram de base para a análise e conclusões sobre as respostas obtidas com o questionário, e para concluir de que modo a Contabilidade pode contribuir com o planejamento financeiro pessoal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando informações para identificar o nível de conhecimento financeiro de da sociedade, bem como analisar o comportamento em relação às finanças pessoais, foi elaborado um questionário com dezoito perguntas fechadas, e aplicado em uma população formada por 126 servidores públicos federais, do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Foram analisados os 52 questionários que foram entregues respondidos pelos servidores. Após a tabulação das respostas, procedeu-se a análise dos dados recebidos.

A fim de atender aos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, as respostas foram distribuídas em três partes: quanto ao perfil dos servidores públicos do CTISM, quanto ao conhecimento sobre finanças pessoais e nível de educação financeira dos servidores públicos do CTISM, e quanto ao comportamento dos servidores públicos do CTISM em relação às finanças pessoais.

4.1 Perfil dos servidores públicos do CTISM

Para identificar o perfil dos servidores públicos do CTISM, elaborou-se seis questões, cujas respostas constam no presente capítulo.

A primeira pergunta aos pesquisados referia-se ao sexo, e conforme o Gráfico 1, obteve-se:

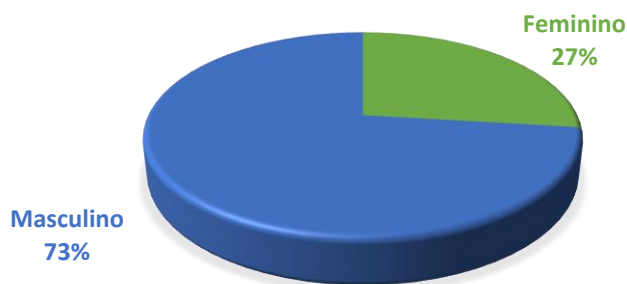


Gráfico 1 - Sexo dos pesquisados.

Do total de pesquisados, 73% são do sexo masculino, e 27% são do sexo feminino.

A segunda pergunta foi a respeito da faixa etária dos pesquisados, obtendo-se os valores que estão apresentados no Gráfico 2.

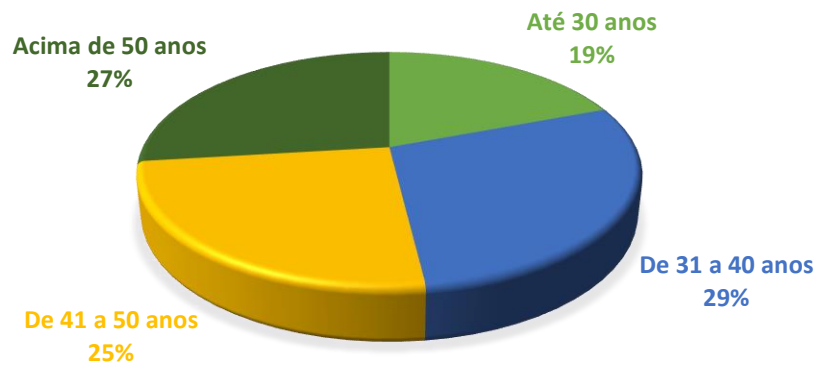


Gráfico 2 - Idade dos pesquisados.

O maior número de pesquisados encontra-se na faixa de 31 a 40 anos, com 29%, em seguida, com 27%, os servidores acima de 50 anos, seguidos de 25% os de 41 a 50 anos, e 19% os de até 30 anos.

As estratégias de um planejamento financeiro não precisam ser rígidas, pois a vida financeira geralmente acompanha a fase que se encontra. Mas, independentemente disso, sempre será preciso buscar conhecimento para gerir as finanças. Jovens investem mais em educação para sua formação profissional, enquanto na fase adulta à velhice, as pessoas se preocupam mais em possuir reservas financeiras ou em contribuir com a previdência social para se aposentar.

Quanto ao estado civil, foi perguntado se solteiro, casado/ em união estável, divorciado/ separado, ou viúvo, obtendo-se as respostas apresentadas no Gráfico 3.

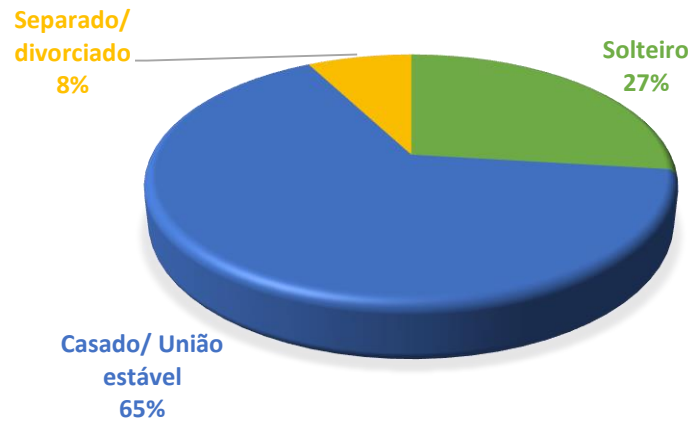


Gráfico 3 - Estado civil dos pesquisados.

Da totalidade de servidores pesquisados, 65% são casados ou em união estável, seguido de 27%, solteiros, e 8%, separados ou divorciados. Entre eles não havia viúvo.

A quarta questão referia-se à faixa salarial dos pesquisados, obtendo-se as respostas apresentadas no Gráfico 4.

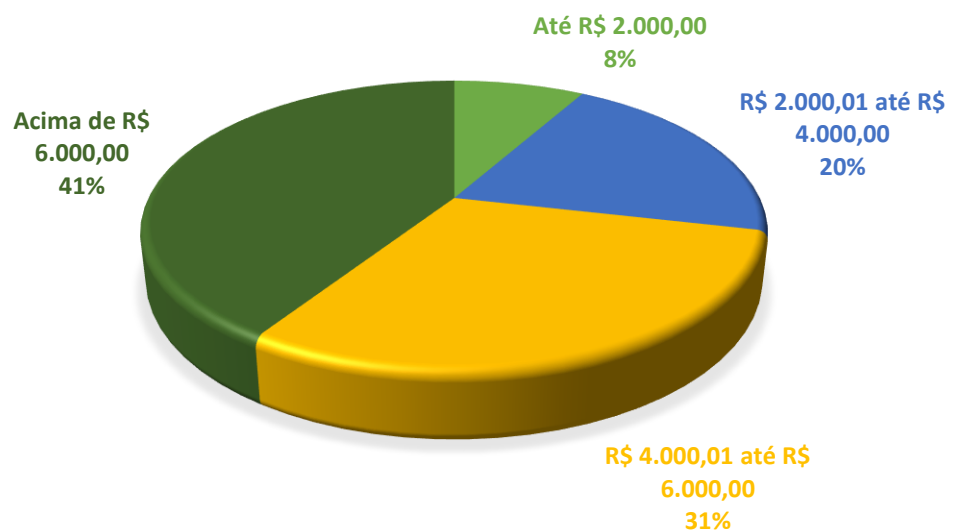


Gráfico 4 - Faixa salarial dos pesquisados.

Da totalidade dos pesquisados, 41% possui renda acima de R\$ 6.000,00, seguido de 31%, com faixa salarial de R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00 e de 18% que tem ganhos salariais entre R\$ 2.000,01 e R\$ 4.000,00. A minoria, formada por 9%, recebe menos de R\$ 2.000,00 por mês.

Buscou-se saber qual a principal fonte de renda, e 100% dos pesquisados respondeu que era o emprego formal, conforme Gráfico 5.

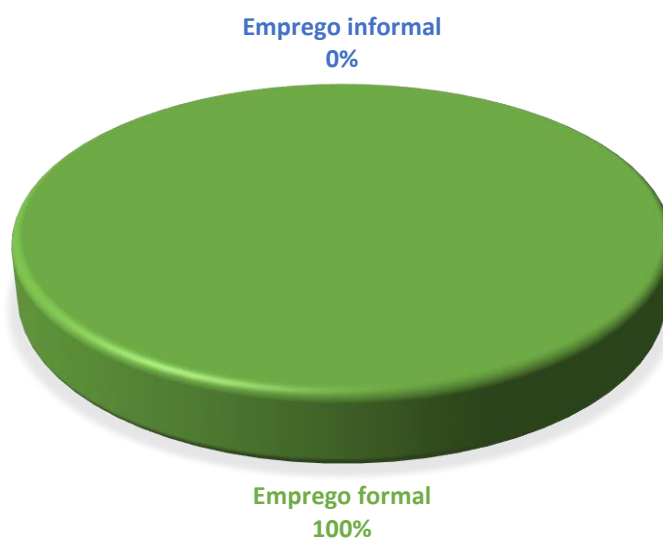


Gráfico 5 - Principal fonte de renda dos pesquisados.

Quanto ao nível de escolaridade, foi questionado se o pesquisado possui nível médio, graduação ou pós-graduação, obtendo-se as respostas conforme apresentado no Gráfico 6.

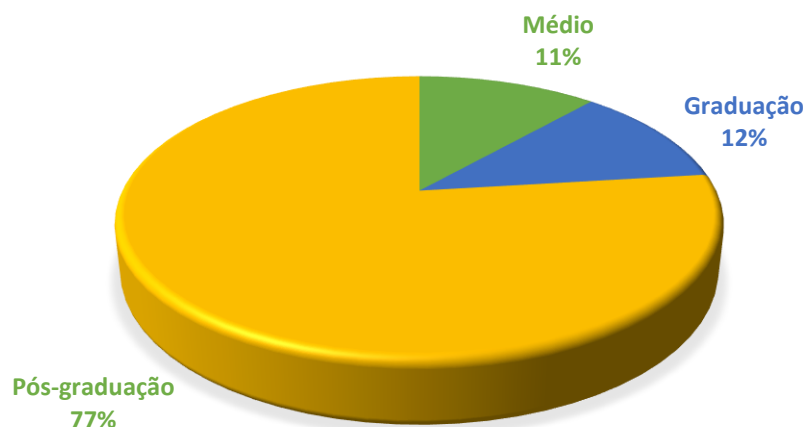


Gráfico 6 - Nível de escolaridade dos pesquisados.

A maioria dos pesquisados, 77% dos respondentes, possui pós-graduação, sendo que 11% possui nível médio de ensino, e 12% graduação.

4.1 Conhecimento sobre finanças pessoais e nível de educação financeira dos servidores públicos do CTISM

Para analisar o conhecimento dos servidores públicos do CTISM, a respeito de finanças pessoais, bem como identificar o nível de educação financeira dos mesmos, foram elaboradas sete questões, cujas respostas constam neste capítulo.

Quando questionados sobre a avaliação que possuem a respeito de seus conhecimentos financeiros, obteve-se as respostas conforme o Gráfico 7.

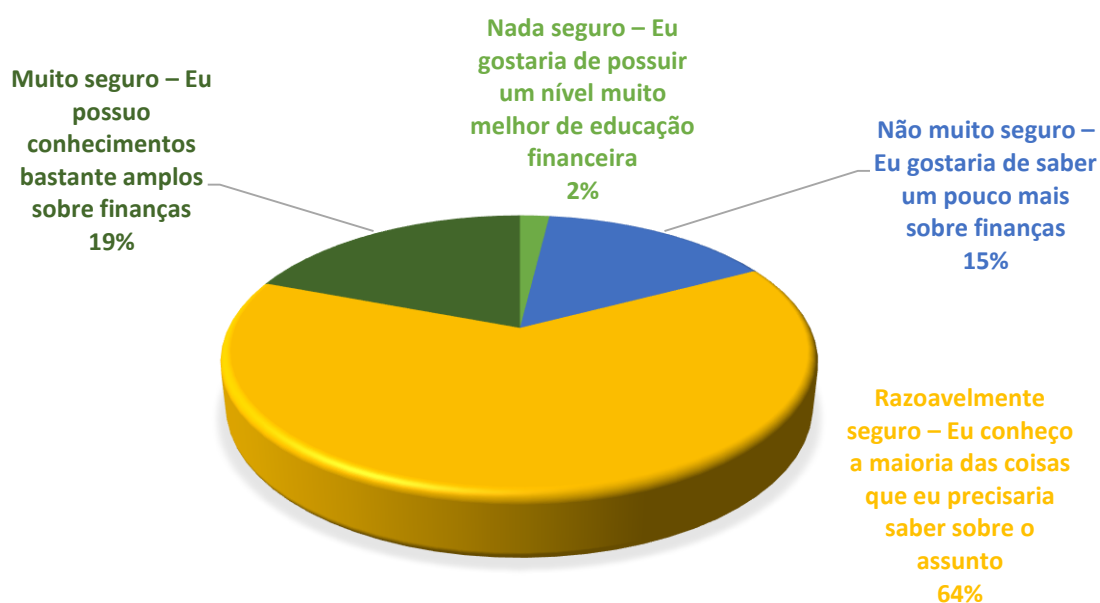


Gráfico 7 – Avaliação quanto aos conhecimentos financeiros dos pesquisados.

Pôde-se constatar que a maioria dos servidores do CTISM, formada por 64% dos pesquisados, sentem-se razoavelmente seguros quanto aos conhecimentos para administrarem seus próprios recursos, e 19% afirmaram que se sentem muito seguros, com conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

Atualmente, com os altíssimos juros que se paga em função de dívidas ou em aquisições de bens, é necessário que todos se interessem em educar-se financeiramente, mas ainda há os que não se sentem totalmente seguros quanto ao nível de conhecimento que possuem sobre o assunto, pois de 52 pessoas que responderam ao questionário, 9 disseram que não se sentem satisfeitos quanto ao seu nível de conhecimento financeiro.

Indagou-se também, como foram adquiridos a maior parte dos conhecimentos para administrar os recursos financeiros, e obteve-se as respostas demonstradas no Gráfico 8.

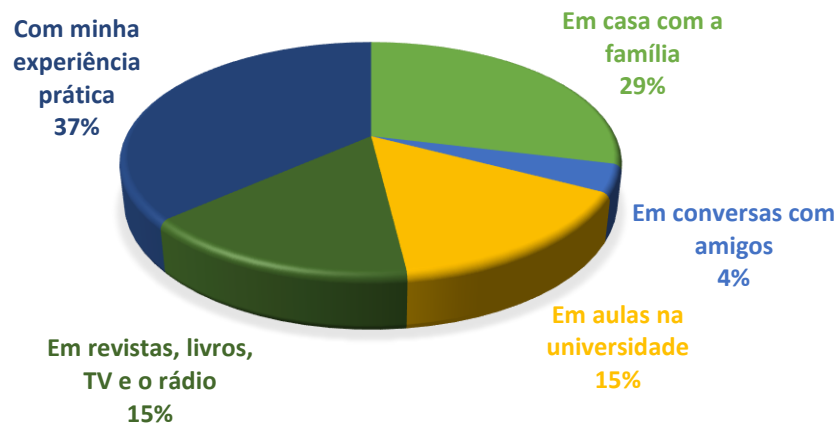


Gráfico 8 – Aquisição da maior parte dos conhecimentos sobre finanças pessoais.

Pode-se aferir que, pela maioria das respostas, os servidores pesquisados obtiveram a maior parte de seus conhecimentos sobre finanças pessoais, em sua experiência prática. Representado por 29% dos pesquisados, estão os que aprenderam com a família, ou seja, muito do que é praticado, aprendeu-se em casa, desde a infância, pelo exemplo das pessoas que conviveram com a criança.

Dos pesquisados, 15% aprenderam sobre finanças pessoais em aulas na universidade, o mesmo percentual aprendeu em revistas, livros, televisão e rádio.

Em conversas com amigos, 4% dos pesquisados aprendeu a maior parte dos conhecimentos para administrar suas finanças. Isso demonstra que os pesquisados não costumam conversar sobre finanças com seus amigos, até que tenham conhecimento do assunto, perdendo a oportunidade de trocar informações.

Com este resultado, percebe-se que a maioria dos pesquisados aprendeu sobre finanças diante de alguma dificuldade financeira, na busca da solução para seu problema, seja por convicções equivocadas, seja por estratégias malsucedidas.

A décima questão procurou identificar o grau de conhecimento quanto à liquidez de ativos. Para isso, apresentou-se uma situação hipotética, onde duas pessoas guardavam dinheiro para emergências. Os pesquisados deveriam escolher entre as alternativas, a que indicava a forma menos eficiente de tipo de recurso, para o caso destas pessoas precisarem do dinheiro com urgência. Sabendo-se que liquidez é um conceito que considera a capacidade de um ativo transformar-se em dinheiro, um ativo tem alto grau de liquidez se é facilmente convertido em dinheiro, e menor grau de liquidez se demora mais tempo ou se é mais difícil para transformá-lo em dinheiro, é possível verificar o grau de conhecimento dos servidores entrevistados do

CTISM, sobre liquidez de ativos, nas respostas obtidas conforme o Gráfico 9.

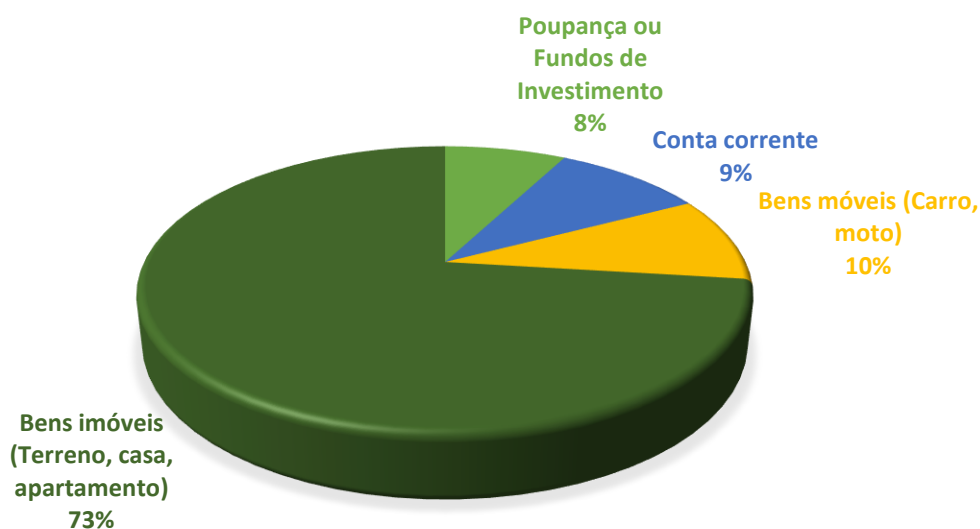


Gráfico 9 – Forma menos eficiente de recurso para uma necessidade urgente.

De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos servidores pesquisados entende sobre liquidez de ativos, pois 73% optou pela alternativa que indicava que bens imóveis são meios de recursos menos eficiente diante de uma necessidade urgente de dinheiro, comparado às outras alternativas.

Também procurou-se saber qual tipo de investimento mais atrai os servidores do CTISM, e qual o grau de risco a que eles se dispõem correr. Para isso, indagou-se aos servidores pesquisados do CTISM, se eles tivessem recursos para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, qual seria a alternativa de investimento que mais se identificaria com eles como aplicador.

Do total dos pesquisados, 44% estão dispostos a se arriscarem em um investimento de risco médio, pois desejam um rendimento razoável, ainda que corram algum risco; 27% iriam preferir investir em bens do tipo carro ou imóvel; 27%, na poupança, pois priorizam a segurança em relação ao rendimento; e, 2%, investiriam em ações, pois mesmo sabendo do risco elevado de perdas, o que mais o agrada é a possibilidade de altos ganhos. Com este resultado, ratifica-se que boa parcela dos servidores pesquisados investe em bens, e deste modo, estão mais sujeitos a contrair dívidas a curto e longo prazo, conforme demonstrado com as respostas obtidas conforme demonstrado no Gráfico 10.

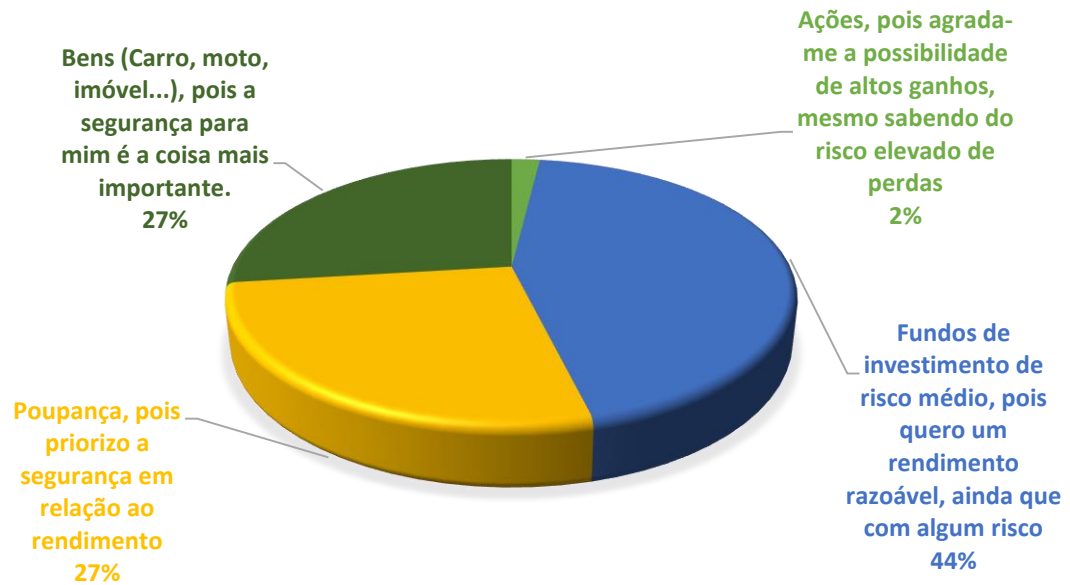


Gráfico 10 – Alternativas de investimento que os pesquisados mais se identificam.

Na questão 12, do questionário aplicado, foi apresentada uma situação hipotética, envolvendo duas pessoas da mesma idade: Ronaldo e Daniela. Aos 25 anos, Daniela começou a aplicar R\$ 1.000,00 por ano, enquanto Ronaldo não investia seu dinheiro. Aos 50 anos, Ronaldo percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 2.000,00 por ano, enquanto Daniela continuou aplicando seus R\$ 1.000,00.

Indagou-se aos servidores quem terá acumulado mais dinheiro quando eles chegarem aos 75 anos, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento, e obteve-se as respostas conforme demonstrado no Gráfico 11.

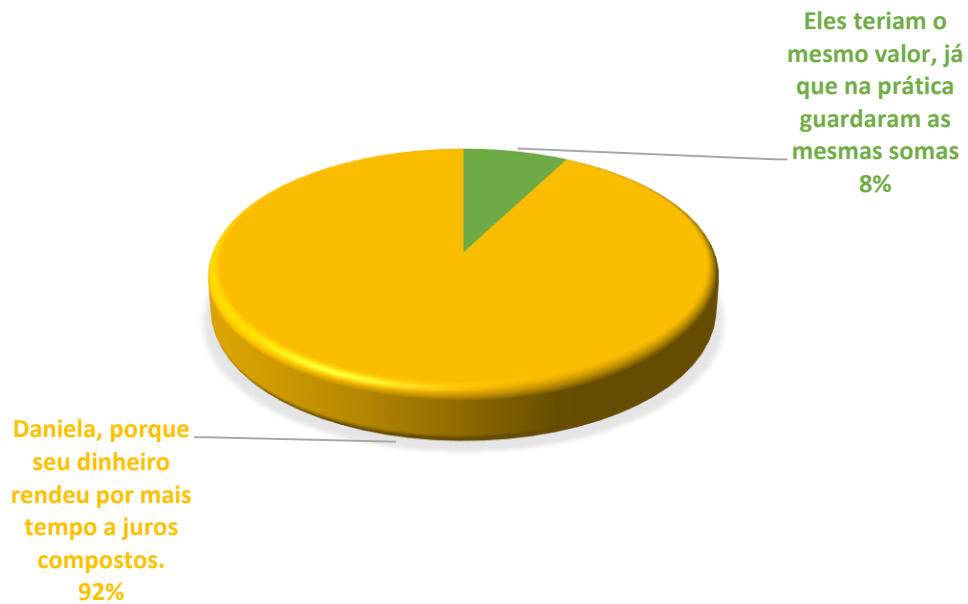


Gráfico 11 – Quem teria acumulado mais dinheiro.

Do total de servidores do CTISM que respondeu ao questionário, 92% afirmou que seria Daniela, pois seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos; 8%, que eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas, e nenhum pesquisado respondeu que seria Ronaldo, que poupou um valor maior por ano. De acordo com a Equação 3, demonstrada na página 49 deste trabalho, pode-se encontrar o valor futuro que ambos terão acumulado aos 75 anos de idade, a uma mesma taxa de juros, que para fins de cálculo, foi considerada de 6% ao ano: Daniela terá o montante final de R\$ 68.420,15 e Ronaldo terá acumulado R\$ 58.583,74. Deste modo, confirma-se que a amostra da pesquisa compreende o conceito de juros compostos.

Na questão 14, foram apresentadas 4 alternativas, onde em cada uma delas havia a organização de uma pessoa quanto ao pagamento da fatura do seu cartão de crédito. Indagou-se ao pesquisado em qual das alternativas pagava-se mais despesas financeiras, se as pessoas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de crédito, e obteve-se as respostas conforme demonstrado no Gráfico 12.

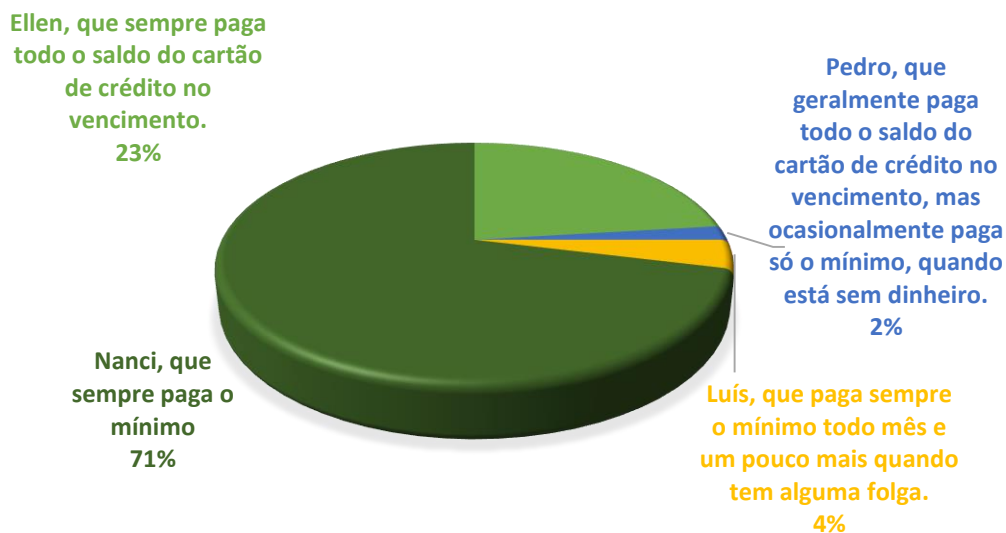


Gráfico 12 – Personagem que possui maiores gastos com despesas financeiras no cartão de crédito.

De acordo com as respostas obtidas, percebe-se que 71% dos servidores pesquisados do CTISM possuem conhecimento sobre o valor pago referente a juros, quando o valor do saldo da fatura do cartão de crédito não é pago na totalidade, financiando-se o saldo restante.

A questão 16 do questionário aplicado refere-se a uma situação hipotética, onde três pessoas gostariam de trocar de carro. Perguntou-se aos pesquisados, em qual das alternativas a pessoa pagaria mais caro pelo bem. Do total da amostra, conforme demonstrado no Gráfico 13, 66% responderam que quem pagaria mais caro seria Dirceu, que pretende financiar o valor em 24 meses; 19% afirmaram que seria Roberto, que prefere poupar 24 meses e comprar o carro à vista; e, 15% responderam que seria João, pois optou em comprar o carro através de consórcio. Ratifica-se que a maioria dos servidores entrevistados do CTISM entende que os juros agregados em um financiamento de 24 prestações, elevariam o custo do automóvel. Percebe-se que nesta questão, são avaliados os conhecimentos de juros compostos e de análise de investimentos na decisão da forma de pagamento menos onerosa.

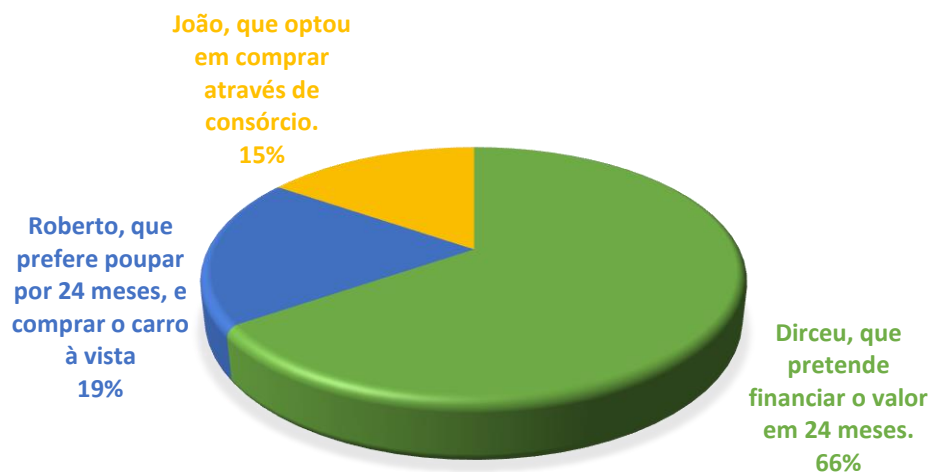


Gráfico 13 – Personagem que pagará mais caro na aquisição de um carro.

4.3 Comportamento dos servidores públicos do CTISM em relação às finanças pessoais

Para analisar o comportamento dos servidores públicos do CTISM em relação às finanças pessoais, foram elaboradas cinco questões, cujas respostas constam neste capítulo.

Na sétima pergunta do questionário aplicado, foi questionado se o pesquisado possuía algum tipo de dívida e como era realizado o tratamento da mesma, e obteve-se as respostas demonstradas no gráfico 14.



Gráfico 14 – Endividamento dos pesquisados.

Entre as quatro alternativas válidas como resposta, havia a opção de responderem que possuem dívidas e não sabiam quando nem como iriam pagá-las, mas esta opção não foi escolhida por nenhum pesquisado. Do total dos servidores que respondeu ao questionário, 36% afirmaram que possuem dívidas e irão pagá-las em pouco tempo, 33% responderam que não possuem dívidas e sempre fazem o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto, e 31% afirmaram que possuem financiamento de longo prazo e procuram pagar as prestações sempre em dia.

Nota-se que, apesar da maioria dos pesquisados estar situada numa faixa salarial alta, de mais de R\$ 6.000,00, 67% da amostra possui algum tipo de dívida.

Na questão 15, perguntou-se com qual personagem da questão 14 o pesquisado mais se identificava, sendo que a referente questão indicava quatro personagens, e o comportamento financeiro de cada um, diante o pagamento da fatura de cartão de crédito. Obteve-se as respostas apresentadas no Gráfico 15.

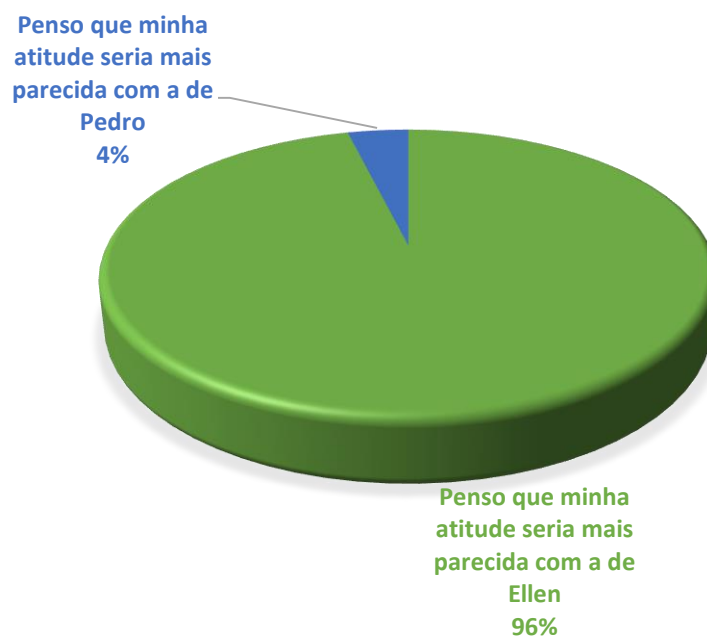


Gráfico 15 – Atitude frente ao pagamento da fatura do cartão de crédito

Diante das respostas a esta questão, percebe-se que a amostra da pesquisa se comporta de acordo com o conhecimento financeiro que possuem, visto que 96% dos pesquisados responderam que agem conforme Ellen, que paga todo o saldo da fatura na data de vencimento, e apenas 4% agem como Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.

Para identificar de que forma os servidores planejam financeiramente sua aposentadoria, foram apresentadas algumas alternativas, para que optassem por aquela que melhor representa a situação em que atualmente se encontram e obteve-se as respostas apresentadas no Gráfico 16.



Gráfico 16 – Planejamento financeiro para a aposentadoria.

Do total da amostra da pesquisa, 40% tem um plano de previdência ou poupança para complementar a aposentadoria, seguido de 30%, que pretende ter apenas a aposentadoria do governo; de 19%, que tem planos para começar a poupar para isso e de 10% que não vê necessidade de poupar para sua aposentadoria. A partir deste resultado, ratifica-se que a maioria dos servidores do CTISM que responderam ao questionário, ainda não se preocupa em complementar a aposentadoria do governo, com uma previdência privada ou poupança

A questão 17 do questionário aplicado indagou se o servidor faz algum tipo de registro de suas despesas, e obteve-se as respostas apresentadas no Gráfico 17.



Gráfico 17 – Registro das despesas.

Conforme demonstrado no Gráfico 17, do total dos servidores do CTISM que respondeu ao questionário, 56% anotam todas suas despesas e sabem dizer para onde o seu dinheiro está indo, e 25% dos entrevistados tentaram registrar suas despesas, mas acabaram esquecendo de anotá-las. Percebe-se que, a dificuldade do controle das despesas pelo registro, consiste na falta de inserção deste hábito no cotidiano das pessoas pesquisadas, seja por esquecimento, seja por não saberem como registrá-las ou por não valorizarem essa prática como parte de um planejamento financeiro, pois com o registro do movimento das saídas de recursos, é possível chegar a um resultado, identificando a situação financeira de um indivíduo.

Para ratificar a importância que o servidor do CTISM atribui ao planejamento financeiro, perguntou-se se o servidor mantém um planejamento financeiro para realizar algum objetivo, e obteve-se as respostas demonstradas no Gráfico 18.



Gráfico 18 – Manutenção de um planejamento financeiro para realizar um objetivo.

De acordo com as respostas, pode-se aferir que a maioria dos servidores do CTISM que responderam à pesquisa, reconhece o planejamento financeiro como ferramenta para aumentar seu patrimônio ou para a realização de um sonho.

Finalmente, após análise dos dados dos questionários respondidos pelos servidores do CTISM, entre eles, técnicos-administrativos e docentes, pôde-se verificar pontos fundamentais que servirão como fonte de conclusões acerca do relacionamento destes profissionais com suas finanças pessoais e assuntos relacionados ao tema, atingindo-se aos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

CONCLUSÕES

Entende-se que quanto maior o nível de conhecimento financeiro, melhor preparado o indivíduo estará para controlar suas finanças e melhor decidirá que destino dar a seus recursos. A educação financeira atua diretamente nas variáveis pessoais e sociais, contribuindo para formar ou amadurecer uma cultura de planejamento de vida, capaz de permitir que a pessoa, conscientemente, possa resistir aos apelos imediatistas e consiga planejar a longo prazo as suas decisões de consumo, poupança e investimento.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou demonstrar o conhecimento financeiro, bem como o nível de educação financeira e o comportamento financeiro dos servidores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM, e ao mesmo tempo, propiciar entendimento do quanto é necessário a Contabilidade na gestão das finanças pessoais.

Tomou-se como referência os servidores do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), entre eles, técnicos-administrativos e docentes. Para que se pudesse atingir os objetivos da pesquisa, aplicou-se questionários com questões que envolvem as finanças.

Considerando os dados obtidos por meio da aplicação do questionário, percebeu-se que os servidores públicos do CTISM, mesmo situando-se em uma faixa salarial média acima de R\$ 6.000,00, possuem dívidas de curto e longo prazo e que as controlam, pois todos sabem quando e como irão pagá-las.

Em alguns países a educação financeira é obrigatória nas escolas, mas enquanto não é no Brasil, os brasileiros aprendem com a prática, com a família, em livros, revistas, televisão e pela internet.

No tocante ao nível de conhecimento sobre finanças pessoais, 19% afirmaram sentir-se muito seguros, com amplos conhecimentos sobre o tema. Percebeu-se que, apesar da maioria dos entrevistados, 77%, possuir pós-graduação, apenas 15% aprendeu sobre finanças em aulas na universidade, ratificando que o auxílio da Contabilidade pessoal é necessário mesmo àqueles que atingiram o nível máximo de educação formal, pois, ou aprenderam depois de errarem em suas decisões, ou tiveram sorte de serem educados financeiramente por suas famílias, com bons exemplos de relacionamento com as finanças, visto que, dos 52 pesquisados, 15 afirmaram ter aprendido a maior parte dos conhecimentos financeiros com a família.

Pôde-se observar que a grande maioria dos servidores, 84%, planeja suas finanças para realizar um sonho ou para aquisição de bens. Mas quando se trata de planejar suas finanças para um futuro mais distante, como a aposentadoria, 29% dos pesquisados afirmam não estar

poupanando para isso, 31% pretendem ter apenas a aposentadoria do governo e 40% afirmaram que fazem um plano de previdência privada ou poupança para complementar a aposentadoria. Ou seja, a maior parte não se preocupa em possuir reserva financeira para viver a velhice, e conta apenas com o benefício da aposentadoria. Considerando que as regras do Regime Previdenciário dos servidores públicos no tocante ao cálculo do benefício, continuem iguais, terão que viver com um benefício inferior à remuneração da época que forem se aposentar.

Observou-se que os servidores detêm conhecimento sobre conceitos básicos de finanças, como juros compostos e liquidez de ativos. Portanto, se desejarem aplicar recursos em investimentos, inclusive para reservar recursos financeiros para a velhice, os conceitos contábeis mais específicos, referente ao valor do dinheiro no tempo, poderão auxiliá-los nestas decisões.

Percebeu-se que muitos dos servidores pesquisados do CTISM não possuem o hábito de anotarem suas despesas, seja por não acharem necessário este tipo de controle; por não saberem como registrar as despesas; ou por esquecerem de anotá-las. Deste modo, o conhecimento contábil pode fazer a diferença no planejamento financeiro destes. Visto que com o registro das despesas se constrói o fluxo de caixa, base para futura análise a fim de identificar em qual tipo de despesa se apresentou maiores volumes de gastos. Além disso, se as despesas fossem anotadas, seria possível a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, para identificar se o indivíduo está contraindo mais despesas do que pode sustentar e visualizar quanto de recurso pode ser destinado a aplicações e investimentos.

Nota-se que a Contabilidade é fundamental na gestão das finanças pessoais, no tocante ao controle do planejamento financeiro elaborado, pois como acontece na Contabilidade Empresarial, pode-se usar técnicas auxiliares como fluxo de caixa, orçamento, análise através de índices extraídos das demonstrações financeiras, e os conhecimentos sobre valor do dinheiro no tempo, para juntos formarem um sistema de informações que subsidiarão as decisões financeiras de um indivíduo, e deste modo, contribuir com o planejamento financeiro pessoal.

O estudo contribuiu para o crescimento pessoal e profissional. Ao abordar os conceitos de finanças comportamentais, foi possível conhecer os vieses comportamentais que dificultam a tomada de uma decisão financeira com clareza e discernimento. E ao tratar das ferramentas contábeis para administração das finanças pessoais, elucidou que a Contabilidade pode também ser útil para a gestão da vida financeira de um indivíduo, seja para proporcionar a melhor opção de investimento, com os métodos de análise financeira que envolvem os conceitos de valor do dinheiro no tempo; seja para manter sob controle os recursos financeiros disponíveis, com os

métodos de fluxo de caixa e orçamento, ou para avaliar a situação financeira atual de um indivíduo, com base em relatórios financeiros.

Para futuras pesquisas, sugere-se como tema, as decisões de consumo e investimento dos servidores públicos frente à estabilidade na carreira pública. Haja vista de que o servidor público está inserido em uma categoria profissional que adquire estabilidade, e apenas pode ser demitido por faltas graves conforme lei própria, mediante processo administrativo. Comparando-se sua categoria com as das instituições privadas, investimentos de longo prazo podem ser realizados com maior tranquilidade. Resta saber se servidores públicos investem mais que profissionais de instituições privadas.

REFERÊNCIAS

AEF BRASIL. **Associação de educação financeira do Brasil**. Disponível em: <www.aefbrasil.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2015.

AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BARBEDO, C. H.; CAMILO-DA-SILVA, E. **Finanças comportamentais**: pessoas inteligentes também perdem dinheiro na bolsa de valores. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&FBOVESPA. **Educacional**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/financas-pessoais.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 19 maio 2015.

BODIE, Z.; MERTON, R. C. **Finanças**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BUSSINGER, E. **As leis do dinheiro para mulheres**: como nossas mães nunca mais. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

CAIXA. **Educação financeira**. Disponível em: <<http://caixa.gov.br/educacao-financeira/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 19 maio 2015.

CAMARGO, Camila. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais**: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Matemática financeira**: aplicada a produtos financeiros e à análise de investimentos. São Paulo: Saraiva, 2013.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

_____. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **O que é o planejamento financeiro?** Disponível em: <<http://maisdinheiro.com.br/artigo/6/73/o-que-e-planejamento-financeiro->>. Acesso em: 24 jun. 2015.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo et al. **Finanças pessoais**: conhecer para enriquecer. São Paulo: Atlas, 2010.

CINTRA, Luis Antonio. **Bang-bang no Texas**: principais executivos fraudaram balanços, ludibriaram 4 mil empregados e saíram da falência com US\$ 1,1 bilhão no bolso. Disponível em: <<http://citadini.com.br/auditoria/istoe020123.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e rática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

D'AQUINO, Cássia. **Educação financeira**. Disponível em: <<http://educacao financeira.com.br/index.php/escolas/conteudo/469>>. Acesso em: 17 maio 2015.

DEURSEN, F.V. **A ciência dos preços**. SuperInteressante, n. 294, ago. 2011. Disponível em: <super.abril.com.br/comportamento/a-ciencia-dos-precos>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DURANS, Clóvis. **Controle financeiro pessoal**. Disponível em: <<http://www.controlefinanceiropessoal.com.br/index.php/nos-e-o-tal-dinheiro/>>. Acesso em: 17 maio 2015.

FEBRABAN. **Instituto FEBRABAN de educação**. Disponível em: <<https://www.febraban.org.br/>>. Acesso em: 19 maio 2015.

FERREIRA, Aurélio Fernando. **A tomada de decisão: os aspectos do processo decisório e o uso da racionalidade na busca pelo sucesso nas decisões**. In: ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE SENAC, 2010, Minas Gerais. Anais eletrônicos. Minas Gerais. 2010. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Tomada_de_decisao/aspectos%20da%20tomada%20de%20decisao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GRIFFIN, Michael P. **Contabilidade e finanças**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUBIANI, C. A.; LAVARDA, C. E. F. **Perfil da produção bibliográfica sobre Finanças Comportamentais e Teoria do Prospecto**. RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia, v. 10, n. 2, p. 163-184, 2011.

INVESTPEDIA. **O que é a bolsa de valores**. Disponível em: <<http://www.investpedia.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ITAÚ. **Uso consciente do dinheiro**. Disponível em: <http://ww2.itau.com.br/hotsites/itau/usoconsciente_14/iniciativa/case-educacao-financeira.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

IUDÍCIBUS, S. D.; MARION, J.C.; FARIA, A.C.D. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KRÜGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. CONCÓRDIA, SC, 2014: Monografia, Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP), s.d.

LANDVOIGT, Deisiane Cristine. **Estudo das finanças comportamentais: o caso dos investidores em uma agência bancária**. 2007. 77 f. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LIMA, Murilo Valverde. **Um estudo sobre finanças comportamentais**. RAE Eletrônica, São Paulo, n. 1, jan-jun 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/raeel/v2n1/v2n1a03>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes et al. **Finanças comportamentais: fatores que influenciam os consumidores na hora da compra**. Estudos do CEPE. Santa Cruz do Sul, n. 33, jan. /jun. 2011.

MACEDO JR, Jurandir Sell; KOLLINSKY, Régine; DE MORAIS; José Carlos Junça de Moraes. **Finanças comportamentais: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOSCA, Aquiles. **Finanças comportamentais: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e análise de balanços esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NAKATA, Rogerio. **O que podemos aprender com a catástrofe no Japão?** Disponível em: <economiacomportamental.com.br/artigos-sobre-planejamento-financeiro-o-que-aprender-com-catastrofe-no-japao.asp>. Acesso em: 14 ago. 2015.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15. ed. São Paulo: Frase Editora, 2007.

_____. 16. ed. São Paulo: Frase Editora, 2011.

RAYMUNDO, P.J.; FRANZIN, N.A. **O valor do dinheiro no tempo: matemática comercial e financeira**. 3. ed. Maringá, PR: Clichetec, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 8. ed. São Paulo. Saraiva: 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Carlos Alexandre; MORAES, José Rabello de. **O orçamento estratégico: uma visão empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SAITO, André T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças no Brasil**. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHWERINER, Mario Ernesto Rene. **Comportamento do consumidor: identificando necejos e supérfluos essenciais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Paulo Darcy Teixeira da. **Vieses do decisor que podem influenciar sua tomada de decisão**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) -Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2014.

TA NA HORA. **Artigos especializados em educação financeira**. Disponível em: <www.educacaofinanceirabb.com.br>. Acesso em: 19 maio 2015.

TRINDADE, Larissa de Lima. **Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro-ocidental rio-grandense**. 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO A SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA (UFSM).**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

**ESTA PESQUISA TEM A FINALIDADE DE INTEGRAR UM TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA MARIA.**

1. Sexo

A () Feminino

B () Masculino

2. Idade

A () Até 30 anos

B () De 31 a 40 anos

C () De 41 a 50 anos

D () Acima de 50 anos

3. Estado civil

A () Solteiro

B () Casado/ união estável

C () Separado/ divorciado

D () Vívuo

4. Qual a sua faixa de renda mensal líquida pessoal?

A () Até R\$ 2.000,00

B () R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00

C () R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000,00

D () Acima de R\$ 6.000,00

5. Qual sua principal fonte de renda?

- A () Emprego formal
- B () Emprego informal

6. Qual seu nível de escolaridade?

- A () Médio
- B () Graduação
- C () Pós-graduação

7. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)?

- A () Sim, tenho, mas não sei bem quando nem como irei pagá-las
- B () Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia
- C () Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las
- D () Não tenho dívidas. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

8. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- A () Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- B () Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- C () Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- D () Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças

9. Como você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para administrar seus recursos financeiros?

- A () Em casa com a família
- B () Em conversas com amigos
- C () Em aulas na universidade
- D () Em revistas, livros, TV e o rádio
- E () Com minha experiência prática

10. Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Maria e Matheus têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso deles precisarem do recurso com urgência?

- A () Poupança ou Fundos de Investimento
- B () Conta corrente
- C () Bens móveis (Carro, moto)
- D () Bens imóveis (Terreno, casa, apartamento)

11. Se você tivesse recursos para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identificaria como aplicador?

- A () Ações, pois agrada-me a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas
- B () Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco
- C () Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento
- D () Bens (Carro, moto, imóvel...), pois a segurança para mim é a coisa mais importante.

12. Ronaldo e Daniela têm a mesma idade. Aos 25 anos, ela começou a aplicar R\$ 1.000,00 por ano, enquanto o Ronaldo não guardava nada. Aos 50, Ronaldo percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 2.000,00 por ano, enquanto Daniela continuou poupando seus R\$ 1.000,00. Agora eles têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro para sua aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?

- A () Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas
- B () Ronaldo, porque poupou mais a cada ano
- C () Daniela, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.

13. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

- A () Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- B () Faço um plano de previdência/poupança própria para complementar a aposentadoria
- C () Tenho planos de começar a poupar para isso
- D () Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

14. Qual das pessoas pagaria mais em despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de créditos?

- A () Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- B () Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.
- C () Luís, que paga sempre o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.
- D () Nanci, que sempre paga o mínimo

15. Como você acha que agiria?

- A () Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Ellen
- B () Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Pedro
- C () Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Luis
- D () Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Nanci

16. Dirceu, Roberto e João têm o mesmo salário. Ambos desejam trocar o carro que possuem por outro. Quem pagará mais pelo bem?

- A () Dirceu, que pretende financiar o valor em 24 meses.
- B () Roberto, que prefere poupar por 24 meses, e comprar o carro à vista
- C () João, que optou em comprar através de consórcio.

17. Você costuma fazer algum registro de suas despesas?

- A () Sim, anoto todas as minhas despesas e sei dizer para onde meu dinheiro está indo
- B () Gostaria de fazer, mas não sei exatamente como
- C () Já tentei, mas acabo esquecendo de anotar as despesas
- D () Nunca tentei fazer qualquer tipo de anotação dessa natureza
- E () Não acho necessário fazer esse tipo de controle

18. Você mantém um planejamento financeiro para atingir um objetivo?

- A () Sim, possuo controle sobre minhas finanças para aumentar meu patrimônio ou realizar um sonho.
- B () Ainda não pensei em organizar meu dinheiro para realização de algo.
- C () Tentei organizar minhas finanças mas desisti, pois tive dificuldades.